



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Letras - IL
Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução - LET

The background of the entire page is a detailed reproduction of Pieter Bruegel the Elder's painting 'The Tower of Babel'. It depicts a massive, multi-tiered stone structure under construction on a steep hillside. The architecture is a mix of Gothic and classical styles, with numerous windows, arches, and scaffolding. In the foreground, a group of men in period clothing are gathered, some appearing to be in a state of discussion or conflict. The sky is filled with dramatic, swirling clouds, and the overall scene is one of intense human ambition and divine retribution.

O impacto da língua como variável econômica sobre aqueles que a utilizam: Análise do caso IRENA

Aluna: Gláucia Alves da Silva Matrícula: 10/0011772

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fernanda Alencar Pereira



Universidade de Brasília - UnB
Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo
e à Sociedade da Informação

Gláucia Alves da Silva

O impacto da língua como variável econômica sobre
aqueles que a utilizam: Análise do caso IRENA

Brasília - DF
Dezembro 2013

GLÁUCIA ALVES DA SILVA

**O impacto da língua como variável econômica sobre
aqueles que a utilizam: Análise do caso IRENA**

Monografia apresentada ao Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas - LEA/ MSI.

Professor Orientador: Dr.^a Fernanda Alencar Pereira

Brasília- DF

2013

GLÁUCIA ALVES DA SILVA

O impacto da língua como variável econômica sobre aqueles que a utilizam: Análise do caso IRENA

Monografia submetida à comissão examinadora identificada abaixo, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas – LEA/ MSI.

Brasília, _____ / _____ / _____

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Fernanda Alencar Pereira

Prof.^o Cesário Alvim Pereira Filho

Prof.^o Thiago Blanch Pires

Agradecimentos

Quero agradecer primeiro a Deus por ter me iluminado nas decisões mais difíceis e me ajudado a trilhar o caminho mais correto possível ao longo do curso.

Agradeço também a todos os professores que me acompanharam durante a graduação e que de alguma forma compartilharam comigo seu conhecimento, em especial a professora Fernanda Alencar Pereira, grande responsável pela concretização desse projeto.

Dedico esta, bem como todas as minhas demais conquistas, aos meus amados pais Osmar e Silvana, a minha irmã Maria Gabriela e ao meu namorado Júlio César. Obrigada por acreditarem em mim e não medirem esforços para que eu chegasse até essa etapa de minha vida.

Agradeço da mesma forma, a todos os amigos que percorreram esse caminho junto a mim. Obrigada pelas alegrias, tristezas e besteiras compartilhadas. Sem vocês a caminhada não teria sido tão divertida.

Enfim, agradeço a todos aqueles que de alguma forma me ajudaram a chegar até aqui.

Resumo

As línguas são objeto de estudo das mais diversas áreas de conhecimento, principalmente, no que diz respeito ao seu caráter comunicativo. Contudo, a relativamente recente análise das línguas por intermédio de uma ótica econômica vem atraindo a atenção de estudiosos. Ao analisar a língua por meio de sua perspectiva econômica, ou seja, como ativo gerador de vantagens competitivas, percebemos que, como produto com valor de mercado, gera efeitos externos, positivos ou negativos. Baseando-se nessa premissa, o presente trabalho busca apresentar quais são os diversos mecanismos que compõem e agregam valor a uma língua, e as formas possíveis de se mensurar tal valor. Buscando compreender, a partir disso, como a soma desses elementos transforma as línguas em um bem capaz de influenciar o *status* socioeconômico dos indivíduos e dos países que as utilizam. Para observar como se dá tal influência, fez-se a análise da atual situação vivida pela Agência Internacional para as Energias Renováveis (IRENA), que busca estabelecer suas línguas oficiais, mas tem se deparado com as consequências ocasionadas pela questão econômica das línguas. A análise foi realizada por meio do método de pesquisa documental — visando observar o contexto interno da Agência — e de pesquisa bibliográfica. Por intermédio deste trabalho, então, foi possível realizar uma análise da questão econômica da língua, observando, mediante o exemplo da IRENA, de que maneira esse caráter econômico dos idiomas afeta aqueles que os utilizam.

Palavras-chave: economia da língua; multilinguismo; IRENA.

Abstract

Languages are the object of studies of the most diverse areas of expertise, especially with regard to their communicative character. However, the relatively recent linguistic analysis through an economic perspective is attracting the attention of researchers. By analyzing language through its economic perspective, in other words, as an asset generating competitive advantages, we perceive that as a product with a market value language generates external positive or negative effects. Based on this premise, this research seeks to present what are the different mechanisms that add value to a language and in which ways it is possible to measure its value, in order to understand how the sum of those elements turns the languages into a good, able to influence the socioeconomic status of individuals and countries that use them. With the aim of observing how this influence occurs, we performed the analysis of the current situation faced by the International Renewable Energy Agency (IRENA). The agency seeks to establish its official idioms, but it has been facing the consequences generated by the issue of the economic value of a language. This analysis was carried out using the method of documentary research, in order to observe the internal context of the agency, and bibliographical research, in order to deal with the topic of the economics of language. Through this work, it was possible to conduct an analysis of the economics of language, and the example of IRENA clearly demonstrates how this economic nature of languages affects those who use them.

Key Word: economics of language; multilingualism; IRENA.

Sumário

Índice de Figuras, Gráficos e Tabelas	9
Introdução	10
1. IRENA.....	14
1.1 História da Agência.....	15
1.2 Problemática linguística na Organização	18
1.3 A língua árabe no mundo	21
1.4 A língua alemã no mundo	23
2. O valor das línguas	27
2.1 Histórico dos estudos em economia da linguagem	28
2.2 Teoria do Capital Humano e Teoria da Discriminação Estatística.....	30
2.3 Como quantificar o valor das línguas	33
2.4 Barômetro de Calvet	38
2.5 Análise da questão IRENA	44
Considerações Finais	47
Bibliografia	52
Anexos.....	56
1.Report of the Director-General on Multilingualism.....	Error! Bookmark not defined.
2.Decision on Multilingualism	71

Índice de figuras, gráficos e tabelas

Figuras

FIGURA 1. PAÍSES QUE TÊM O ÁRABE COMO LÍNGUA OFICIAL (FISK, 2011, N.P)	21
FIGURA 2. PAÍSES QUE TÊM O ALEMÃO COMO LÍNGUA OFICIAL (FERREIRA, 2013, N.P)	24

Gráfico

GRÁFICO 1. DEMONSTRA CÁLCULO PARA MENSURAR OS RENDIMENTOS DA LÍNGUA (JIMÉNEZ, 2006, P.9)	34
--	----

Tabelas

TABELA 1. AS 10 LÍNGUAS COM MAIOR NÚMERO DE FALANTES NO MUNDO (ETHNOLOGUE,2013, N.P)	22
TABELA 2. CLASSIFICAÇÃO POR NÚMERO DE FALANTES (GAIO, 2011, N.P)	41
TABELA 3. CLASSIFICAÇÃO POR NÚMERO DE PAÍSES ONDE A LÍNGUA TEM STATUS OFICIAL (GAIO, 2011, N.P)	42
TABELA 4. CLASSIFICAÇÃO CONSIDERANDO TODOS OS PARÂMETROS DE COMPARAÇÃO (GAIO, 2011, N.P)	42

Introdução

As línguas foram até pouco tempo objeto de estudo reservado a filólogos, linguistas e escritores, que olhavam os idiomas de um ponto de vista científico, cultural e artístico, dificilmente considerando o caráter econômico que esses poderiam ter. Entretanto, a partir da década de sessenta, a economia começa a se interessar e investigar a língua como uma variável econômica. Consolidando assim um campo de estudos denominado *economia da língua*.

A *economia da língua* se caracteriza pelo uso de métodos advindos da microeconomia¹ para avaliar o caráter econômico dos idiomas. Logo, por meio dessa teoria, a língua passa a ser estudada como um recurso humano que possui valor de mercado, ou seja, uma fonte de rendimentos para aqueles que a utilizam. É justamente sobre esse campo de questões que o presente trabalho incide. Ao atribuir à língua um caráter econômico, deixamos de observar a linguagem apenas como um sistema de comunicação, a caracterizamos como um bem de consumo que gera custos e benefícios. Buscando compreender como seu funcionamento no mercado, uma vez que é um produto que acarreta aos seus utilizadores custos e lucros, pode influenciar nos jogos de poder entre os indivíduos e entre as nações.

Por conseguinte, é possível analisar de que forma a política se relaciona à língua. Na medida em que o aspecto político “faz parte do modo como as instâncias de poder disputam as práticas simbólicas internas em uma dada sociedade, tentando gerenciar a produção dos sentidos” (Mariani, 2008, p. 2). E sendo a língua um objeto simbólico capaz de influenciar a instauração desses sentidos, essa pode, também, ser entendida como um mecanismo político que visa alcançar o poder e que tem a capacidade de determinar o *status* dos indivíduos e dos países que a utilizam.

Todavia, mensurar o peso e o *status* dos idiomas não é tarefa fácil. Diversos estudos na área da economia da língua demonstram que o *status* de um idioma

¹ “A microeconomia, conhecida como teoria dos preços, é um ramo da economia que trata das questões das unidades de produção (empresas) a nível individual, estabelecendo critérios para a determinação do ponto de equilíbrio entre receitas e custos operacionais.” (Escóssia, 2009, n.p.)

está intrinsecamente associado a sua função dentro do processo comunicacional. Contudo, conforme Telma Cristina de Almeida Pereira (2006), a língua também possui em si mesma uma importância que provém dos povos que a utilizam, do número de pessoas, de suas riquezas, de sua mobilidade, de sua produção cultural e econômica, fatores cuja soma constitui o valor de cada língua.

Com isso, observamos que os elementos que configuram o *status* e o peso de uma língua não seriam apenas de ordem comunicativa e cultural, mas podem ser colocados em termos de valor econômico. Essa perspectiva possibilita analisar as línguas como uma variável econômica, capaz de gerar rendimentos e perdas.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar essa perspectiva econômica de estudo dos idiomas, tentando expor por meio dessa, como se dão os jogos de poder no âmbito linguístico e de que forma isso afeta os países que utilizam o idioma que detém maior ou menor *status*. Com a intenção de ilustrar, de maneira mais palpável, o modo como a dinâmica da relação política entre as línguas pode gerar conflitos administrativos utilizaremos o caso da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA), organização internacional criada para promover o uso de energias renováveis em âmbito global. Essa Agência tem encontrado dificuldade em definir seus idiomas oficiais e, sua situação expõe claramente as consequências geradas pela questão do valor econômico e político das línguas.

No que concerne à metodologia, fez-se uso do método qualitativo devido às características inerentes a esse método serem mais adequadas para a percepção dos processos, produtos e fenômenos relativos à problemática do presente trabalho. A pesquisa qualitativa visa uma análise ampla com focos diversificados que são definidos conjuntamente ao desenvolvimento do trabalho. Por meio dessa pesquisa, busca-se compreender, mediante a obtenção de dados descritivos, como se dão os fenômenos a partir da perspectiva dos sujeitos que participam da situação em estudo.

Conforme Arilda Godoy (1995), podemos considerar a existência de pelo menos três possibilidades de pesquisa qualitativa, a saber: pesquisa

documental, o estudo de caso e a etnografia. Dentre essas, o meio utilizado foi a pesquisa documental. No primeiro momento, tal opção pode causar certo estranhamento por ser considerada uma fonte restrita de informação. Contudo, a pesquisa documental permite o exame de materiais de natureza diversa que ainda não receberam um tratamento analítico, visando encontrar detalhes que possam direcionar novas interpretações do tema (Godoy, 1995, p.21). Além disso, conforme a mesma autora, esse tipo de pesquisa torna-se necessária quando não se é possível ter acesso direto ao objeto de pesquisa, como é o caso da presente investigação. Como o Brasil não é membro oficial da Agência de energias renováveis não podemos presenciar as reuniões. Entretanto, analisamos a situação vivida dentro da Agência por meio de atas produzidas nas reuniões e de documentos que relatam a pauta discutida em cada encontro disponibilizados em seu site oficial. Considerando aqui, conforme Lüdke & André (1986), documento como qualquer material escrito que sirva como fonte de informação.

Simultaneamente, foi realizada pesquisa bibliográfica visando examinar o material relevante acerca do tema *economia da língua*. A pesquisa bibliográfica, ou revisão de literatura, é o estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos, tendo como principal finalidade proporcionar aos pesquisadores o contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo (Oliveira, 2007, p.69). Esse tipo de pesquisa permite o melhor entendimento dos elementos teóricos que fundamentam o assunto investigado. Com esse intuito, tomando como base o que já foi publicado acerca da economia da língua, realizou-se a pesquisa bibliográfica de maneira que se pudesse definir uma nova abordagem sobre o assunto, chegando a conclusões que pudessem oferecer uma melhor compreensão do cenário vivido pela IRENA.

Cabe ainda ressaltar, que este trabalho de conclusão de curso está vinculado ao bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade da Informação (LEA-MSI), ministrado na Universidade de Brasília - UnB. Tal bacharelado investiga e elabora questões ligadas às diversas facetas

do multilinguismo, por isso, é extremamente pertinente que os alunos tenham conhecimento sobre a questão do valor econômico de um idioma e sobre como isso afeta sua importância em um contexto global. Cientes desse contexto, os bacharéis estarão aptos a analisar as questões linguísticas por meio de outra perspectiva. É importante que possam aprender a formular possíveis soluções para problemas relacionados à linguagem, que levem em consideração os diversos aspectos envolvendo a língua, que vão além das questões linguísticas. Dessa forma a formação dos profissionais de LEA pode tornar-se mais completa, tornando-os aptos a lidar com as mais diversas situações referentes aos idiomas e seus usos.

Baseado no que foi exposto acima, o presente trabalho primeiramente explanará a situação vivida dentro da Agência Internacional de Energias Renováveis, IRENA, buscando demonstrar os diversos fatores que levaram a atual conjuntura no que diz respeito à questão idiomática. A Agência vem tentando decidir quais serão seus idiomas oficiais, entretanto, na tentativa de chegar a uma solução, tem se confrontado com as consequências geradas pelo valor econômico de cada idioma. Ainda no esforço de evidenciar como essa é uma questão difícil para a Agência, e que influencia em diversos aspectos do seu funcionamento, tentaremos ilustrar as razões pelas quais a língua árabe e a língua alemã nem sempre são vistas como línguas de relevância pelas entidades internacionais. Esses idiomas deveriam deter alto grau de importância na Agência por serem as línguas oficiais dos países que mais contribuíram para sua formação, porém não conseguem alcançar maior projeção em âmbito internacional.

A partir disso, tentaremos explicar as circunstâncias que levaram ao quadro observado na Agência por meio da teoria da *economia da língua*, visando entender a imbricação da economia na linguagem e de que forma isso gera perdas e ganhos aos idiomas e àqueles que os utilizam. Em conjunto, explicaremos as possíveis formas de se mensurar o valor de um idioma e como isso pode contribuir para que se acresça a valia de uma língua. Por fim, buscaremos analisar quais seriam os possíveis caminhos para que IRENA solucione esse impasse.

1. IRENA

De acordo com o *site* oficial², a Agência Internacional de Energias Renováveis, IRENA, é uma organização intergovernamental que apoia os países na sua transição para um futuro energético baseado em fontes de energia sustentável. A organização serve como a principal plataforma para a cooperação internacional nessa área, é um centro de excelência, um repositório de políticas, de tecnologias, de recursos financeiros e de conhecimento em energias renováveis. A IRENA promove a adoção generalizada e o uso sustentável de todas as formas de energias renováveis, incluindo a bioenergética, geotérmica, hidrelétrica, solar e eólica, buscando um desenvolvimento sustentável, por meio de uma energia limpa, segura, com baixa emissão de carbono, aliada ao crescimento econômico e à prosperidade mundial.

Com uma governança voltada para a promoção de novas fontes energéticas, a IRENA incentiva os governos a adotarem fontes de energias renováveis, mediante o fornecimento de ferramentas e políticas práticas que proporcionem a aceleração da implementação desses tipos energia. Promovendo, assim, a partilha de conhecimento e a transferência de tecnologias, para que seja possível fornecer energia limpa e sustentável para a crescente população mundial.

A Agência tem como objetivo principal causar um impacto no mundo da energia renovável, por meio da manutenção de uma posição clara e independente, oferecendo uma gama de serviços confiáveis que vêm para complementar os já oferecidos pela comunidade desenvolvedora de energias renováveis. Logo, essa tem por meta reunir as atividades já existentes, mas dispersas pelo mundo, em torno de um *hub* central. (IRENA, 2009)

Conforme o mesmo *site*, IRENA surge não para repetir o que já está sendo feito, e sim para criar e desenvolver novas sinergias, que facilitem o diálogo, a informação e a partilha das melhores práticas em torno desse objetivo. Dessa

² <http://www.irena.org/menu/index.aspx?mnu=cat&PriMenuID=13&CatID=30>

forma, a cooperação em âmbito global, regional e nacional, o compartilhamento de conhecimento, assim como o estímulo dos fluxos de investimentos para a criação e inovação de tecnologias são elementos essenciais para os esforços da Agência. A IRENA está se posicionando como uma plataforma para a cooperação, na qual os interessados podem fazer sua contribuição positiva para esse objetivo em comum. Portanto, essas cooperações e parcerias entre todos os países são fundamentos essenciais para o desenvolvimento dos trabalhos da IRENA.

1.1 História da Agência

De acordo com os documentos disponíveis no *site* oficial da Agência, a criação de uma organização internacional dedicada às energias renováveis foi objeto de diversas propostas desde os anos 1980, encabeçadas pela Alemanha. O deputado alemão Hermann Scheer, em especial, foi um dos principais defensores do tema durante sua carreira no Parlamento daquele país. As gestões que deram início à IRENA em seu formato atual, com 118 países membros efetivos³ e quarenta em estado de ascensão, remontam a 2007 quando missões alemãs visitaram diversos países a fim de angariar apoio para a iniciativa.

Na I Conferência Preparatória (Berlim, 10 e 11 de abril de 2008), a maioria dos representantes dos sessenta países presentes mostrou-se favorável à criação da IRENA. A Conferência Preparatória Final (Madri, 23 e 24 de outubro de 2008) adotou o estatuto provisório, bem como critérios para a escolha da sede, financiamento e funcionamento inicial da Agência. Três meses depois, a

³ Albânia, Argélia, Angola, Antígua e Barbuda, Argentina, Armênia, Austrália, Bareine, Bangladesh, Belarus, Belize, Benin, Bósnia e Herzegovina, Brunei Darussalam, Bulgária, Burkina Faso, Camarões, Cabo Verde, Croácia, Cuba, Chipre, República Checa, Dinamarca, Djibuti, República Dominicana, Equador, Egito, Eritreia, Estônia, Etiópia, União Europeia, Fiji, Finlândia, França, Gâmbia, Geórgia, Alemanha, Grécia, Granada, Islândia, Índia, Irã (República Islâmica do) Iraque, Israel, Itália, Japão, Cazaquistão, Quênia, Kiribati, Letônia, Lesoto, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Malásia, Maldivas, Mali, Malta, Ilhas Marshall, Mauritània, Maurício, México, Mônaco, Mongólia, Montenegro, Moçambique, Nauru, Holanda, Nova Zelândia, Nicarágua, Níger, Nigéria, Noruega, Omã, Paquistão, Palau, Panamá, Filipinas, Polônia, Portugal, Qatar, República da Coreia, República da Moldávia, Romênia, Ruanda, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Samoa, Arábia Saudita, Senegal, Sérvia, Seychelles, Serra Leoa, Cingapura, Eslováquia, Eslovênia, Ilhas Salomão, África do Sul, Espanha, Sri Lanka, Sudão, Suazilândia, Suécia, Suíça, antiga República Jugoslava da Macedônia, Togo, Tonga, Tunísia, Turquia, Tuvalu, Uganda, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Estados Unidos da América, Uruguai, Vanuatu, Iêmen, Zâmbia.

Conferência de Fundação da IRENA (Bonn, 26 de janeiro de 2009) resultou na adoção do estatuto por 75 países e na criação da Comissão Preparatória, a ser encarregada dos trabalhos da IRENA até que esta tivesse 25 ratificações e, portanto, pudesse operar em seu formato definitivo.

Conforme os documentos disponibilizados pela Agência, a Conferência de Fundação da IRENA foi considerada também a I Reunião da Comissão Preparatória da organização. Iniciou-se a disputa para a sede da Agência, cujos candidatos foram Bonn, Viena, Copenhague e Masdar (Abu Dhabi).

Na II Reunião da Comissão Preparatória (Sharm El Sheikh, 6 de junho de 2009), definiu-se que a IRENA teria sua sede em Abu Dhabi - além de um centro tecnológico em Bonn e um escritório de ligação em Viena - e que a Diretora-Geral interina seria a canadense Hélène Pelosse. Os Emirados Árabes Unidos conferem grande importância política pelo fato de serem sede da IRENA, considerada a única organização internacional de vocação universal sediada no Oriente Médio, e provêem contribuições financeiras significativas para a Agência.

A III Reunião da Comissão Preparatória (Abu Dhabi, 17 de janeiro de 2010) foi a primeira realizada nos Emirados Árabes Unidos e culminou na definição do plano de trabalho para aquele ano. A implementação seguiu a passos lentos, porém, culminando com o pedido de demissão da Diretora-Geral na IV Reunião da Comissão Preparatória (Abu Dhabi, 24 e 25 de outubro de 2010), que pode ser considerada um dos pontos mais decisivos da trajetória da IRENA. Institucionalmente frágil, com poucos funcionários, problemas orçamentários e suspeitas de má gestão, a IRENA também enfrentava divergências de seus membros quanto a sua pretensão. Sem ter um modelo de atuação definido, a organização era incapaz de apresentar resultados substantivos. O queniano Adnan Amin assumiu a Diretoria-Geral interina, em meio às incertezas que pontuaram a IV Reunião da Comissão Preparatória.

De acordo com as informações disponíveis no *site*, seis meses depois, a IRENA realizou a V Reunião da Comissão Preparatória e a I Assembleia Geral (Abu Dhabi, 4 e 5 de abril de 2011) com relativo otimismo. A gestão interina de Amin, focada quase exclusivamente em temas institucionais, foi objeto de elogios. Em sessão fechada, Amin foi eleito para a Diretoria-Geral, com

mandato de quatro anos. Amplamente apoiada pelos africanos e asiáticos, a continuidade de Amin foi considerada positiva para os países em desenvolvimento.

Os debates da I Assembleia Geral, tanto na plenária como nas mesas redondas, revelaram o surgimento desse caráter mais inclusivo na IRENA, com participação ativa dos países em desenvolvimento e menções positivas a bioenergia e hidroeletricidade. O ambicioso plano de trabalho de 2011, apresentado na ocasião, previa o início das atividades substantivas da IRENA com abordagem tecnologicamente neutra e prioridade regional para África e Pacífico.

Ainda em conformidade com as informações do *site*, entre 14 e 15 de janeiro de 2012, em Abu Dhabi, a IRENA realizou sua II Assembleia Geral e três reuniões do Conselho, além de eventos regionais e temáticos. A organização começou a produzir estudos, realizar projetos com seus membros e forjar parcerias com atores internacionais no setor de energia. Gradualmente, alguns pontos em comum começaram a emergir e a IRENA passou a ganhar corpo.

Nessa mesma reunião, a estratégia de médio prazo da IRENA foi sintetizada da seguinte maneira: "ser a principal plataforma para cooperação internacional, um centro de excelência em energias renováveis e um repositório de conhecimentos sobre políticas, tecnologias, recursos e finanças, e apoiar os países em sua transição para um futuro de energias renováveis" (IRENA, 2012). Essa visão foi estruturada em três pilares: (a) ser uma "voz" global sobre energias renováveis e tecnologias; (b) fornecer consultoria a países sobre energias renováveis e tecnologia; e (d) criar uma rede de programas nacionais, regionais e globais.

Em pouco mais de um ano, entre 13 e 14 de janeiro de 2013, a Agência realizou sua III Assembleia Geral. Na terceira sessão da Assembleia os Estados-Membros da Agência se comprometeram a continuar intensificando seu trabalho para promover as energias renováveis. Essa reunião foi marcada, principalmente, por discussões intensas sobre a questão linguística da Agência. Conforme os documentos do *site* oficial, desde a primeira sessão solicitou-se ao Diretor-Geral submeter à Assembleia as opções com medidas concretas, incluindo as implicações de custos, visando à integração

progressiva das línguas oficiais da ONU para promover o trabalho da Agência, com base em um uso racional e rentável dos recursos da organização. Na terceira sessão, então, o diretor geral realizou uma análise⁴ detalhada da utilização das línguas em outras organizações internacionais, a fim de identificar as melhores práticas e experiências que poderiam ser usadas como modelo para a integração das línguas oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU) na Agência. Contudo, mesmo com apresentação desse relatório, a questão das línguas oficiais na Agência continua sendo uma questão estratégica ainda sem solução. Visando uma maneira de tentar amenizar o problema, a Agência se comprometeu em fornecer serviços de tradução para quatro línguas, a saber: inglês, francês, espanhol e árabe.

1.2 Problemática linguística na Organização

Os múltiplos interesses em torno da IRENA são responsáveis por um cenário incerto quanto ao seu perfil de administração e atuação nas áreas afins. Apesar dos diversos avanços, persistem divergências em relação às aspirações da organização, bem como suas prioridades tecnológicas e geográficas. Além disso, os países que a compõem ainda estão em embate sobre diversas outras questões, uma delas é a questão do regime idiomático a ser adotado pela Agência. Desde a primeira assembleia a Agência sublinhou "o valor do multilinguismo em seus processos de governança e em seu alcance, e a inclusão e participação que esta abordagem promove" (IRENA, 2009). A IRENA também reconheceu a necessidade de equilibrar os benefícios do multilinguismo com o impacto que a adoção de um regime multilíngue e seu custo pode ter sobre as capacidades da Agência para outros projetos e destacou "a necessidade a implementação gradual e eficiente do multilinguismo na agência" (IRENA, 2009).

Na busca de uma solução para essa situação, foi solicitado ao diretor geral preparar um relatório sobre a questão idiomática na IRENA, analisando suas implicações em termos de importância dos membros e das finanças da

⁴ O relatório contendo a análise segue em anexo.

organização. Enquanto uma decisão não é tomada, em uma tentativa de lidar provisoriamente com a questão, a Agência adotou uma prática multilíngue⁵, na qual financiará a tradução simultânea das próximas reuniões da organização para o árabe, espanhol, francês, e inglês.

Diante do exposto, pode-se perceber que há um problema de difícil resolução sobre a questão linguística no IRENA. Acerca do tema temos dois vieses a serem analisados: o primeiro em relação à questão econômica, como já mencionado nos relatórios, e o segundo em relação à relevância dos países.

Com relação ao primeiro ponto, se levarmos em consideração que a IRENA é uma agência em formação, ou seja, com fundos ainda muito restritos, adotar o sistema de idiomas das Nações Unidas⁶ não seria do ponto de vista econômico uma alternativa simples. O custo com tradutores e funcionários aptos a preparar documentos em todas essas línguas seria demasiadamente alto para uma instituição que ainda não possui uma base sólida de investimento. Entretanto, ao adotar esse sistema, essa se tornaria uma organização mais democrática, uma vez que buscaria abranger os vários idiomas de seus países-membros, mostrando, assim, que todos os países terão os mesmos direitos e a mesma importância dentro da instituição.

No entanto, dentro dessa mesma argumentação podemos colocar a questão da relevância dos países. A importância de cada membro pode variar conforme a sua participação e a sua contribuição à Agência. Contudo, a língua de cada um desses países não desfruta necessariamente do mesmo *status*. Assim, mesmo conglomerando várias línguas, o regime de idiomas das Nações Unidas não seria o ideal. Visto que não engloba o alemão, que junto com o árabe, deveria ser uma das línguas com maior significância na Agência, levando em consideração, que o projeto da IRENA foi impulsionado e desenvolvido em grande parte pela Alemanha. Logo, não incluir o alemão como uma das línguas oficiais da IRENA seria retirar parte do prestígio desse país numa instituição na qual ele foi o grande responsável pela criação.

⁵ Segue em anexo o documento relatando a decisão em relação ao multilinguismo.

⁶ São utilizadas seis línguas oficiais na ONU: Árabe, Chinês, Espanhol, Russo, Francês e Inglês – sendo as duas últimas consideradas línguas de trabalho.

Dentro desse mesmo seguimento, podemos, também, mencionar as línguas que são oficiais no regime das Nações Unidas, mas que não teriam tanta importância dentro da IRENA, como o caso do chinês e o russo. Esses dois países são membros ativos da ONU, entretanto não são membros da Agência Internacional de Energia Renovável, apesar dos inúmeros convites. Logo, não se fazem realmente necessárias a produção e a tradução de documentos nesses idiomas, ainda que esses países enviem delegados para acompanharem as reuniões.

Contudo, nesse ponto, voltamos mais uma vez à questão econômica. Tomando como verdade a questão exposta nos parágrafos anteriores, incluir o alemão como uma língua oficial, também, teria alto custo para Agência, uma vez que essa não é uma língua de grande valia. Dessa forma, a produção de material nesse idioma, apesar de importante em termos de significância dentro da Agência, não é tão importante do ponto de vista da capacidade de disseminação das informações por meio dessa língua.

Cabe ainda ressaltar que, renunciar ao multilinguismo e eleger o inglês como a única língua oficial da Agência, também não é a opção mais interessante. Uma vez que a escolha dos idiomas influencia diretamente na questão do poder na instituição. Apesar de ser um idioma mais difundido, e do ponto de vista econômico mais rentável que o alemão e o árabe, caso o inglês seja eleito, todos os participantes serão obrigados a se comunicar na língua, independente de sua competência, o que gera problemas no status dos países membros, pois aqueles que possuem menor domínio da língua terão menor capacidade de argumentação e conseqüentemente perdem *status* na Agência, como por exemplo os Emirados Árabes e a Alemanha, países de maior relevância na Agência, já que esses não têm a língua inglesa como língua materna.

Logo, podemos observar o quanto a escolha do idioma influencia vários outros segmentos, principalmente, o socioeconômico. Com base nessa perspectiva, buscaremos apresentar, a seguir, alguns dados sobre a presença da língua árabe e da língua alemã no mundo. Dessa forma, tentamos elucidar os motivos pelos quais a projeção e a disseminação dessas línguas são menores se comparadas a outras línguas.

1.3 A língua árabe no mundo

De acordo com dados da Encyclopædia Britannica, o árabe é uma língua semita central, próxima do hebraico e das línguas neo-aramaicas. Os países de Língua Árabe abarcam a região do Norte da África e Oriente Médio. Ao todo, são 22 os países⁷ que têm o árabe como língua oficial, e juntos constituem uma população de mais de 340 milhões de pessoas.



Figura 1. Países que têm o árabe como língua oficial (FISK, 2011, n.p)

Ainda segundo a mesma enciclopédia, considera-se a existência de duas variantes da língua: o árabe clássico e o moderno formal. O clássico representa a língua sagrada do Islã que nasceu na antiga tradição de literatura oral dos povos nômades pré-islâmicos. O Alcorão foi ditado no árabe clássico e é nessa língua que o povo reza nas mesquitas. O árabe moderno formal é a língua normativa, utilizada nas conversas e nos meios de comunicação.

Com o crescimento da economia dos países que têm o árabe como língua oficial, o idioma passou a desempenhar um importante papel no âmbito internacional. Esses países têm posição estratégica na economia global por

⁷ Algeria, Bahrain, Comoros, Djibouti, Egypt, Iraq, Jordan, Kuwait, Lebanon, Libya, Mauritania, Morocco, Oman, Palestine, Qatar, Saudi Arabia, Somalia, Sudan, Syria, Tunisia, United Arab Emirates, and Yemen.

possuírem importantes recursos naturais, como petróleo e gás e, o que favoreceu a maior disseminação da língua.

De acordo com a décima sétima edição do Ethnologue⁸, o árabe é a quinta língua com maior número de falantes no mundo.

1°	Chinês	1.197 milhões
2°	Espanhol	406 milhões
3°	Inglês	335 milhões
4°	Hindi	260 milhões
5°	Árabe	223 milhões
6°	Português	202 milhões
7°	Bengali	193 milhões
8°	Russo	162 milhões
9°	Japonês	122 milhões
10°	Javanês	84.3 milhões

Tabela 1. As 10 línguas com maior número de falantes no mundo (LEWIS; GARY ; CHARLES, 2013, n.p)

Além disso, a literatura árabe também é muito reconhecida mundialmente. Conforme os dados apresentados pela Encyclopedia Britannica, a tradição da literatura árabe influenciou, em certos pontos, no desenvolvimento da civilização europeia. A cultura literária do Islã e seu meio de expressão árabe passaram a ser considerados não só como modelos para imitação mas também, por meio da influência de povos como os Mouros na Espanha, como fontes diretas de inspiração para as comunidades intelectuais da Europa.

Contudo, apesar de a língua árabe ser considerada um idioma internacional e possuir um número expressivo de falantes, há uma série de fatores que relativizam seu peso e dificultam, de certa maneira, a possibilidade de essa língua obter maior projeção na comunidade linguística internacional.

Um desses fatores está intrinsecamente ligado aos países onde esse idioma é falado, a instabilidade política e econômica na região do Oriente Médio causam impacto na valia dessa língua. Esses países despertam o interesse econômico dos países ocidentais pelos produtos que fornecem, entretanto a

⁸ "Ethnologue: Languages of the World é uma obra de catalogação de todas as línguas vivas conhecidas do mundo." (LEWIS; GARY; CHARLES, 2013, n.p.)

vulnerabilidade interna não permite que esses tomem posições de destaque na comunidade internacional. Sabendo que, conforme afirma Francisco Seixas de Costa (2013), a força institucional das línguas depende muito do poder econômico dos países que as falam e as impõem, a língua árabe acaba não conseguindo maior influência em âmbito internacional, devido às limitações ocasionadas pelos países onde é falada.

Essas limitações acabam trazendo consequências. Por exemplo, o acesso a produtos dessa língua, como traduções, livros didáticos, entre outros torna-se caro e reduzido devido à baixa oferta e demanda. Isso influencia, mais uma vez, na disseminação da língua. Uma vez que, sendo um artigo caro para consumo e de difícil acesso irá atrair menos consumidores. Logo, sua comunidade falante será reduzida e a língua “perderá valor” e relevância, dificultando sua inserção em ambientes internacionais, como a IRENA.

Além disso, essa dita *perda de valor* faz com que línguas mais fortes, como o inglês, ganhem mais espaço no mercado, já que devido a seu fácil acesso e ampla utilização, essas exercem maior poder de atração nos indivíduos. Esse fator é tão sério, que os países da comunidade árabe têm se unido com o intuito de promover iniciativas para o uso da língua árabe, uma vez que muitos falantes nativos do árabe têm escolhido falar inglês em detrimento de sua língua materna.

Uma dessas iniciativas tem sido promovida pela Bibliaspa⁹ em conjunto com a Fundação Catar¹⁰. Desde 2009, eles promovem o programa *Iniciativa da Língua e Cultura Árabe*. O programa oferece oportunidades para que os estudantes aprendam árabe básico e conheçam de forma mais ampla a história e cultura do mundo árabe. O projeto busca ampliar, significativamente, o estudo da língua e cultura árabe entre os alunos de escolas públicas nos Estados Unidos da América, Brasil, Argentina e outros países.

1.4 A língua alemã no mundo

⁹“A Biblioteca/Centro de Pesquisa América do Sul - Países Árabes tem o propósito de promover a reflexão crítica por meio da publicação, tradução, edição e catalogação de obras.” (Bibliaspa, n.p.)

¹⁰“A Qatar Foundation é uma organização semi-privada, sem fins lucrativos do Catar. Centra-se na educação, ciência e pesquisa e desenvolvimento da comunidade.” (Qatar Foundation, n.p.)

Conforme as informações apresentadas na *Encyclopedia Britannica*, a língua alemã pertence à família de línguas indo-europeias do grupo ocidental das línguas germânicas. O alemão é a língua oficial da Alemanha e da Áustria e uma das três línguas oficiais da Suíça. No total, o alemão é a língua materna de mais de 90 milhões de falantes.

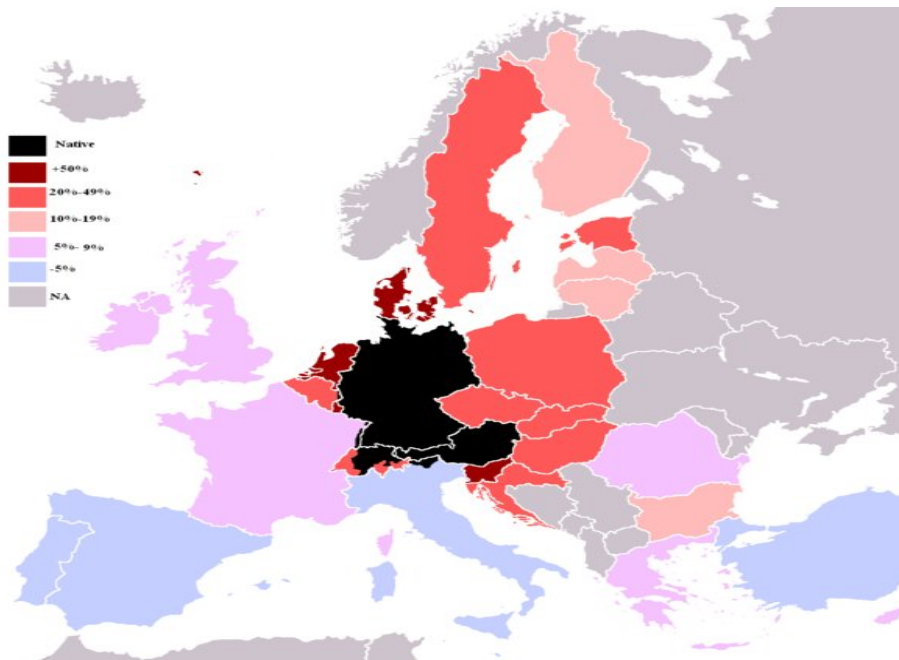


Figura 2. Países que têm o alemão como língua oficial (FERREIRA, 2013, n.p.)

Conforme apresenta a enciclopédia, o alemão como uma língua escrita é bastante uniforme. Apresentando pequenas diferenças na Alemanha, na Áustria e na Suíça, como acontece entre a escrita do inglês nos Estados Unidos e na Comunidade Britânica. No entanto, como uma língua falada, há vários dialetos de alemão, dos quais a maioria pertence ou ao grupo do alto alemão ou ao grupo do baixo alemão. A principal diferença entre o alto e o baixo alemão concentra-se no sistema de som, especialmente nas consoantes. O alto alemão, dialeto do planalto sul da Alemanha, é considerado a escrita oficial.

A língua alemã, também, tem grande tradição na literatura teórica, principalmente, no que diz respeito à área da psicologia e da filosofia. Muitos dos teóricos mais importantes dessas áreas escreviam em alemão. De acordo com Matthew Bell (2009), os primórdios da psicologia são geralmente datados a partir do surgimento da psicologia experimental e da psicanálise freudiana no final do século XIX. No entanto, no período de 1700 a 1840 se produziam na Alemanha textos que influenciariam o desenvolvimento da psicologia e da filosofia, como a caracterização psicológica do Fausto (1806) de Goethe, ou a *Crítica da Razão Pura* de Kant (1781). Teorias essas que se tornaram o centro da vida intelectual alemã e influenciaram todo o pensamento ocidental no século XX.

Entretanto, apesar da proeminência e da tradição da língua alemã no contexto mundial, nos últimos anos, uma série de fatores vêm fazendo com que a língua perca significativa importância na comunidade falante mundial. Um dos principais motivos para essa situação é a predominância do inglês como língua de comunicação privilegiada no ambiente internacional.

Desde que irrompeu a crise da dívida na zona do euro é notável o crescimento do poder da Alemanha na Europa. Cada dia mais, o país vem ganhando uma posição de comando na União Europeia. Com isso, e com base na ideia de que o idioma ganha valor conforme o crescimento dos países que o utilizam, poderíamos supor que a língua alemã teria alcançado maior notoriedade. Contudo, não é essa a situação que tem sido observada. Apesar de ser idioma natal mais falado e um dos três idiomas de trabalho da União Europeia, a língua alemã não recebe o mesmo tratamento que o inglês e o francês, línguas que possuem papel de destaque principalmente no âmbito das entidades oficiais de poder como o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia e o Conselho Europeu.

A preferência pelo uso da língua inglesa no contexto internacional tem sido tão marcante, que até mesmo representantes do governo alemão optam por proferir seus discursos na língua inglesa em detrimento da sua língua materna. Como o caso do comissário de Energia da UE, o alemão Günther Oettinger, que preferiu falar inglês em sua primeira coletiva de imprensa. Essa situação é

extremamente negativa para o idioma alemão, uma vez que quanto menor sua disseminação mais o idioma perde valia, o que dificulta a inserção do idioma como língua oficial em organizações internacionais, como no caso da IRENA. Dado que se a língua não é utilizada nem pelos seus representantes oficiais, presume-se que essa não tem valor representativo suficiente para obter *status* de oficial dentro de uma organização.

Por esse motivo, desde o ano de 2009, a bancada da presidente Angela Merkel vem criando projetos e campanhas que incentivem o uso do alemão nas diversas esferas da sociedade. Buscando, dessa forma, que o idioma alemão assuma a condição de língua de trabalho verdadeiramente em uso.

Um desses projetos, lançado em março de 2010 pelo Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, em conjunto com seus parceiros, o Instituto Goethe, o Departamento Central das Escolas no Exterior, o Instituto de Relações Externas, a Deutsche Welle e o Serviço de Intercâmbio Pedagógico foi a iniciativa “Escolas – Parceiras do Futuro” (PASCH)¹¹. Por meio desse projeto foi criada uma rede mundial de mais de 1400 escolas, que, por meio de atividades como olimpíada de Alemão para escolas, concurso internacional de debates para adolescentes, um *camping* linguístico para jovens e um Parlamento Juvenil com debates, com o objetivo de promover os estudos e o uso do alemão nos mais diversos segmentos. Tais iniciativas visam reforçar o valor do alemão e atribuir a esse prestígio que se aproxime daquele do inglês no contexto internacional.

Percebendo que a preferência pelo uso de um idioma em detrimento de outro é resultado da soma de um conjunto de fatores, dentre eles, o caráter econômico que um idioma possui. Buscaremos, agora, entender por intermédio da teoria da Economia da Língua de que maneira um idioma se torna uma variável econômica e como tal característica influencia no prestígio e peso de uma língua, tornando-se, assim, um fator decisivo no momento da escolha linguística.

¹¹ Descrição obtida do site da embaixada alemã:
http://www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/pt/09_Kultur/PASCH/PASCH_Seite.html

2. O valor das línguas

Os comerciantes desempacotavam suas mercadorias: sal, anéis de bronze, pérolas azuis e as colocavam no chão, em pequenos pacotes. Ao se aproximar, cada um deles depositava ao lado dos produtos uma quantidade de pó de ouro e se afastava. Os comerciantes voltavam e pegavam aquilo que havia sido deixado ao lado das mercadorias. Em seguida, eles deixavam os produtos onde haviam colocado e rufavam os tambores para anunciar o fim das trocas. Essas transações silenciosas aconteciam regularmente, sem que nenhuma das partes temesse ser enganada pela outra. (Delafosse, 1912, p.47)

Como podemos observar por meio da narrativa de Maurice Delafosse, no início, o processo mercantil era baseado na troca. Cada indivíduo oferecia um produto, como anéis de bronze, e recebia outro produto em troca, nesse caso o pó de ouro. Devemos ressaltar aqui, que conforme afirma Louis-Jean Calvet (1987) o pó de ouro nesse contexto não era visto como uma moeda, mas um produto. Dessa forma, sendo a base do comércio a troca, não era necessário o uso da linguagem, como demonstra a narrativa acima. Já que os indivíduos ofereciam seus produtos para receber outro do mesmo valor em troca.

Contudo, todo esse processo se modifica com o surgimento da moeda. Como um objeto de valor simbólico, os indivíduos passam a necessitar da linguagem para negociar o valor daquilo que estão oferecendo. Uma vez que não se trata mais de uma simples troca de produtos com a mesma valia, agora é necessário atribuir um valor ao objeto e negociar a sua venda, e para isso é indispensável o uso da língua.

Percebemos, então, que a língua é praticamente um pré-requisito para a existência da economia como conhecemos atualmente. Logo, é evidente que com o passar dos anos a linguagem se tornasse objeto de interesse dos economistas. Neste capítulo buscaremos analisar essa vertente econômica da língua e como ela se torna um produto com valor econômico para aqueles que a utilizam.

2.1 Histórico dos estudos em economia da linguagem

A Língua pode ser analisada sob a forma de competência individual, no diálogo real (ou "discurso") entre grupos de indivíduos, como um sistema formal de sinais, um sistema cultural e em muitas outras. (Tokin, 2004, p. 1)

Como instrumento privilegiado de comunicação entre os seres humanos, a língua desempenha um papel crucial na organização da atividade produtiva, tornando-se um instrumento indispensável à divisão do trabalho. Uma vez que os problemas de linguagem estão presentes em todos os aspectos da experiência humana, esses são de interesse não só para especialistas em línguas mas também de praticamente todas as ciências sociais. Entretanto, essa não é a única área que se interessa por essa temática, nos últimos 48 anos, muitos economistas têm estudado a relação estabelecida entre a economia e a língua.

A “Economia da Língua” como um campo de estudos ainda desempenha um papel secundário na academia, mas vem ganhando cada vez mais notoriedade entre os economistas. Entretanto, o que seria a “Economia da Língua”, François Grin, no seu artigo de 1996 “*Economic Approaches to Language and Language Planning: an Introduction*”, a define da seguinte maneira:

A economia da linguagem refere-se ao paradigma da economia teórica e utiliza os conceitos e instrumentos da economia no estudo das relações variáveis linguísticas, que se concentram principalmente, mas não exclusivamente, nas relações em que as variáveis econômicas também desempenham um papel. (Grin, 1996, 2003 p.2)

Os estudos nesse campo tiveram início com o artigo “*Economics of language*”, publicado no periódico *Behavioral Science*, de Jacob Marschak (1965). Ele foi um dos primeiros economistas a investigar as razões pelas quais algumas línguas eram mais difundidas que outras. Em seu artigo, o autor usou a biologia evolutiva como uma metáfora para especular o motivo pelo qual alguns idiomas possuíam características que favoreciam sua sobrevivência em detrimento de outros. A partir disso, ele passa a formular uma série de suposições acerca da

língua, utilizando uma perspectiva econômica, definindo a língua, então, como um objeto de escolha dirigido ao alcance de um objetivo.

O autor atribui essas escolhas aos padrões da microeconomia. A língua é vista em termos de custos e benefícios. Dessa forma, o indivíduo elege um determinado idioma como língua estrangeira se baseando também nos rendimentos positivos que isso pode lhe trazer. Por conseguinte, analisar uma língua a partir dessa perspectiva econômica implica enxergá-la como um produto de mercado que influencia na tomada de decisões dos indivíduos.

Após a publicação de tal artigo, vários outros autores passaram a investigar essa perspectiva econômica das línguas. As primeiras pesquisas relacionadas à Economia da Língua foram realizadas no Canadá e nos Estados Unidos. Economistas canadenses como Boulet (1980) realizaram estudos comparativos entre os benefícios dos falantes de inglês em relação aos falantes de francês; já os estadunidenses como Chiswick (1998) focavam mais na comparação dos custos e benefícios concernentes aos falantes de inglês e espanhol. Tais pesquisas, tão focadas no contexto laboral e social, segundo Grin (1996), influenciaram nos estudos da economia da língua, que podem ser divididos segundo o autor em três gerações.

A primeira geração de estudos é majoritariamente constituída de estudos empíricos, com bases estatísticas, suas raízes se encontram na teoria neoclássica da discriminação¹² de Gary S. Becker (1957). Tal teoria inspirou os estudos de Kenneth Arrow e Edmund Phelps (1971), que criaram a teoria da discriminação estatística. Segundo essa proposição, fatores como a linguagem atribuem uma pessoa a um determinado grupo, e essa atribuição pode ter um efeito sobre o *status* socioeconômico do indivíduo, principalmente nos rendimentos financeiros. Apesar de ter recebido muitas críticas contrárias, devido a uma suposta carga de subjetividade, a teoria de Arrow e Phelps surgiu como uma etapa importante no desenvolvimento da área.

¹² “A teoria de discriminação de Becker (1957) tem uma estrutura neoclássica determinada pelas preferências em discriminar, que podem ser de três tipos: discriminação do empregador, discriminação do empregado e discriminação do consumidor. O modelo permite que, em um mercado competitivo, cada agente tenha preferências diferentes e possa agir de acordo com essas preferências. Assume-se que os indivíduos têm comportamento racional e maximizam as suas utilidades com base nessas preferências. Os indivíduos racionais geram preferências por discriminação. Os indivíduos são igualmente produtivos e forças competitivas tendem a eliminar diferenciais de salários oriundos da ação do empregador em discriminar trabalhadores igualmente produtivos.” (Loureiro, 2003, n.p.)

A segunda geração de estudos enfatiza a natureza do capital humano da linguagem, que será explicado mais a frente. Tais estudos abrem caminho para uma perspectiva diferente sobre a linguagem, favorecendo, em particular, os vínculos com a economia. As competências linguísticas podem ser interpretadas, da mesma forma que outras habilidades, como uma forma de capital, pois é uma área em que os indivíduos podem investir. Competências linguísticas adquiridas podem deliberadamente ser vistas como uma fonte de vantagem econômica.

A terceira geração de estudos, abertos por Vaillancourt (1980), considera que as funções da linguagem de elemento identitário e o componente do capital humano influenciam nos rendimentos econômicos dos indivíduos. As línguas não são vistas apenas como elementos de identidade ou de comunicação mas também como uma soma de atributos linguísticos que, em conjunto, influenciam o *status* socioeconômico dos atores.

Cabe aqui, nos remetermos ao caso da IRENA. Como podemos perceber a língua é definidora do *status* socioeconômico de seus utilizadores, logo ao eleger um idioma como língua oficial da Agência, deve-se observar quais são os custos e os benefícios que essa escolha irá acarretar aos membros do grupo. A seguir, buscaremos compreender como esses dois fatores estão relacionados à língua e de que forma isso afeta os indivíduos e países que a utilizam.

2.2 Teoria do Capital Humano e Teoria da Discriminação Estatística

De acordo com Grin (2003), são duas as teorias mais importantes no que diz respeito à relação entre as línguas e os rendimentos econômicos. A primeira é a teoria do capital humano e a outra é a teoria da discriminação estatística.

De acordo com os estudiosos do grupo da Unicamp “História Sociedade e Educação do Brasil” (Lombardi; Saviani; Nascimento, 2006) a primeira teoria tem sua base na disciplina de Economia da Educação, a criação dessa teoria é atribuída ao professor da Universidade de Chicago Theodore W. Shutz, que

entendia a educação como uma forma de capital humano. Segundo os estudiosos da Unicamp, com os resultados de tais estudos, surgiu a ideia de que o capital humano poderia aumentar caso o indivíduo investisse na sua qualificação educacional. A partir dessa visão se passou, então, a atribuir à educação uma importância econômica, sendo essa responsável pelo desenvolvimento econômico dos indivíduos, visto que ao investir em sua qualificação ele estaria, também, valorizando seu capital e dessa forma gerando mais lucros.

Aplicando tal teoria ao contexto da relação das competências linguísticas com o rendimento econômico, conforme Grin (2003), o conhecimento de uma língua pode ser visto como uma habilidade. Dessa forma, aprender um ou mais idiomas traz benefícios econômicos ao indivíduo. Portanto, possuir habilidades em um determinado idioma gera um aumento nos rendimentos econômicos do agente. Por exemplo, um funcionário de uma empresa multinacional que possui habilidades em diversas línguas tem maiores possibilidades de chegar a cargos mais altos, que oferecem salários melhores, do que os funcionários que possuem menor competência linguística.

A segunda teoria surge com os estudos de Arrow e Phelps em 1972. Esses autores dão o impulso inicial aos estudos da economia da discriminação estatística. Segundo Arrow,

a existência de discriminação econômica no mercado de trabalho se dá quando um grupo de indivíduos que têm habilidades, educação, treinamento, experiência e produtividade iguais recebem salários diferentes ou recebem tratamento diferenciado por causa de sua raça, sexo, cor, religião, idioma, condição econômica e social, aparência física e etnia, sem que essas características tenham efeito sobre sua produtividade. (Arrow, 1971, p.1)

Essa ideia se aplica, no âmbito deste trabalho, aos países que tem como língua materna idiomas com menor difusão. Contudo, o que poderíamos considerar, nessa conjuntura, como uma língua de menor difusão? Essa pergunta incide sobre a ideia da dinâmica das línguas. Se considerarmos que o papel fundamental das línguas é o da comunicação, percebemos que os indivíduos buscarão aprender aquele idioma que possibilite a inserção no processo comunicativo mais efetivamente e com o maior número de pessoas. Essa

língua mais disseminada e utilizada no processo comunicativo se torna uma *língua franca*. Todavia, o que se entende por *língua franca* pode variar. No presente estudo, trabalharemos com o conceito do autor Phillipson (2008) que sugere o seguinte:

quando um idioma, é definido como uma língua franca, em geral, parece implicar que a linguagem é um instrumento neutro internacional de comunicação entre os falantes que não compartilham a língua materna (Phillipson, 2008, p. 250).

A ascensão de uma língua ao *status* de *língua franca*, entretanto, não é arbitrário, está intrinsecamente ligada ao poder econômico dos países onde são faladas.

A forma estandardizada da língua não resultou de artes mágicas, mas do favorecimento de certas variantes ou mesmo de certas línguas em relação a outros dialetos ou línguas, e do reforço dessa escolha em instituições como escolas e jornais: uma língua estandardizada é uma expressão e uma consequência do poder institucional. (Tokin, 2003, p. 3).

Costumam ser *línguas francas* os idiomas falados nas potências mundiais, como o latim na época do império romano, o francês no século XIII e o inglês atualmente. Além disso, as línguas francas são vistas, do ponto de vista econômico, como uma maneira de maximizar a comunicação e reduzir os custos desse processo, principalmente, no que se refere aos custos transacionais. Esse é um fator que contribui, ainda mais, para que os países incentivem o aprendizado dessas em detrimento daquelas que são menos utilizadas na comunicação em uma esfera global, como o caso da língua alemã e da língua árabe. Deve-se salientar que o alemão e o árabe, como já apresentado, são línguas que possuem um número considerável de falantes no mundo. Contudo, em comparação com línguas francas como o inglês — que possui uma difusão nunca antes experienciada por nenhuma outra língua — essas podem ser consideradas línguas de menor relevância.

2.3 Como quantificar o valor das línguas

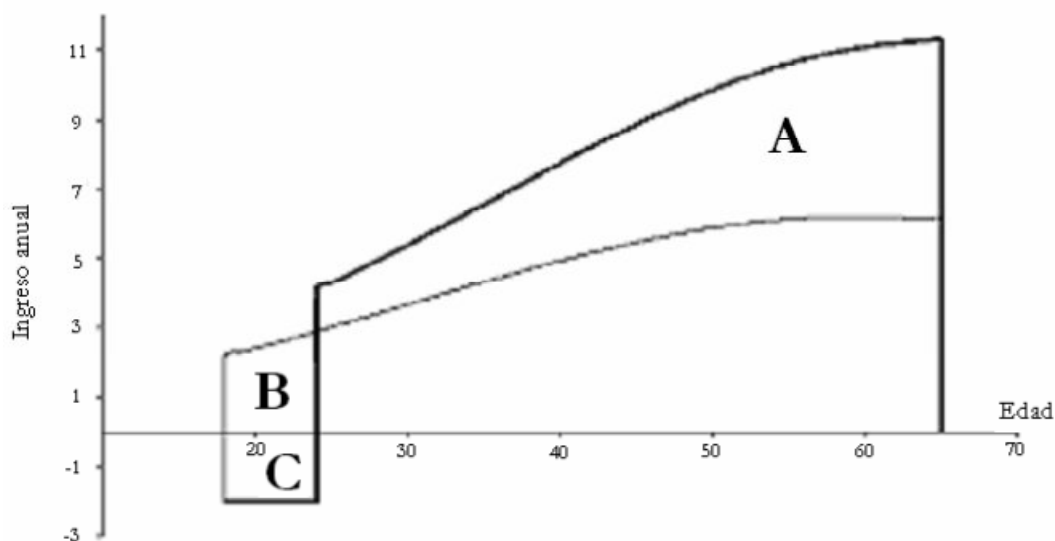
Tendo como base as teorias anteriormente expostas, buscaremos entender neste capítulo quais são os fatores que vão agregar valor às línguas e que, dessa forma, tornam-nas instrumentos que geram rendimentos. Segundo Juan Carlos Jiménez (2006), a língua tem uma função econômica incontestável, pelo menos de certo ponto de vista: como elemento identitário, ou seja, um atributo que condiciona o *status* socioeconômico dos indivíduos; e como um mecanismo de comunicação social. Como uma ferramenta para a comunicação, a língua ganha um valor de troca devido aos recursos aos quais essa dá acesso. Pode-se estabelecer, conforme Jiménez (2006) que a relação fundamental entre a língua e a economia se dá no fato de a língua ser tratada como um bem complexo, que ao mesmo tempo é bem de serviço e bem de consumo, sendo privada ou pública.

Ainda conforme o autor, como bem privado, a língua é por vezes o objeto da troca mercantil, como nos casos da indústria do ensino de línguas; ou é o meio de comunicação utilizado para o intercâmbio comercial de bens e serviços de qualquer setor econômico. Dentro dessa perspectiva privada, justifica-se analisar todo o conjunto de atividades econômicas relacionadas direta e indiretamente à língua, uma vez que, como produto de mercado essa aporta uma série de custos e benefícios ao seu usuário. Considerando, ainda, que a língua é uma tecnologia incorporadora dos indivíduos e, conforme Jiménez, (2006) esse papel lhe atribui caráter de capital linguístico, sendo assim parte do capital humano.

Portanto, conforme a teoria do capital humano, a aprendizagem de uma língua tem um objetivo claro: os rendimentos individuais. Grin (2003), no artigo anteriormente citado, cria uma forma de mensurar esses rendimentos. O procedimento consiste em calcular os impostos de retorno por cada nível de investimento inerente ao aprendizado de uma língua. Isto é, a taxa r que, em cada caso, iguala à zero o valor descontado dos benefícios e custos ao longo do tempo. Conforme o autor seria: $\sum_n [V_i / (1+r)^i] - \text{Custos} = 0$.

Em forma de gráfico a proposição de Grin se torna mais clara.

Gráfico 1. Demonstra cálculo para mensurar os rendimentos da língua (JIMÉNEZ, 2006, p.9)



No gráfico, a rentabilidade educacional seria a taxa de desconto que é igual à área A- receita extra obtida graças às habilidades linguísticas, com a B- soma dos custos de oportunidade incorridos, como os lucros não obtidos devido ao indivíduo começar a trabalhar mais tarde, a fim de adquirir este conhecimento e C- custos "diretos" do investimento.

Por meio desse cálculo, Grin (2003) busca encontrar uma maneira de mensurar os custos do investimento em uma língua, contudo, ele ressalta que essa não é tarefa fácil. Uma vez que o valor de uma língua no âmbito privado pode ser analisado por intermédio de duas perspectivas: língua com *valor de mercado* ou *sem valor de mercado*. Para exemplificar isso, ele utiliza o exemplo do *Sámi*.

Vamos simplesmente observar que quando algo é valioso aos olhos dos atores sociais, isto normalmente, reflete em sua conduta. Por exemplo, se a aprendizagem de *Sámi* fosse valiosa, as pessoas iriam tomar conhecimento sem ser dito, eles iriam aprende-lá e usá-la. A língua, provavelmente, não correria risco de desaparecer. (Grin, 2003, p.36)

Ao utilizar tal exemplo, o Grin não tem a intenção de afirmar que o *Sámi*, ou qualquer outra língua minoritária, não é "valiosa". No entanto, quer comprovar que as línguas podem ser avaliadas segundo a perspectiva do mercado, que

valoriza sua utilidade para os indivíduos; ou mediante a concepção não mercadológica, mais ligada a cultura dos indivíduos.

Para Grin a ideia de valor de mercado pode ser mensurada pelo conceito de oferta e de procura e, por alguns indicadores como o preço.

Suponha, por exemplo, que falar a língua X torna mais fácil vender produtos para o público de língua X e, assim, geram-se maiores lucros, ou que um funcionário que fala a língua X ganha mais que todos os outros no mesmo cargo, porque ele sabe a língua X: neste caso, X tem valor de mercado. (Grin, 2003, p. 36)

Contudo, há também a visão não mercadológica de um idioma. O autor caracteriza essa como um conjunto de atividades desempenhadas pela língua, que não afetam diretamente o mercado, mas que trazem benefícios aos indivíduos.

Por exemplo, saber a língua X dá acesso à esfera cultural, facilita o contato social com os membros da comunidade de língua X, etc. Essa experiência será vivida por atores individuais cujos gostos ou preferências, incluem o contato com a cultura e as comunidades X. (Grin, 2003, p. 37)

Essa concepção do valor da língua, nos ajuda a compreender o motivo pelo qual algumas línguas são mais estudadas e disseminadas que outras, ganhando assim valor e reconhecimento.

Todavia, essa visão muda do âmbito privado para o âmbito social. De acordo com Grin (2006), no que se refere ao valor social, a concepção mercadológica e não mercadológica ainda é válida, mas o valor social da língua é distinto de seu valor privado. A maioria dos economistas concorda que os valores sociais devem ser vistos como o conjunto de valores particulares. Esses seriam resultado de uma soma simples de valores, ou seja, seria a soma das valorizações do mercado privado sobre todos os indivíduos de uma dada sociedade, isso geraria o valor social de mercado, enquanto a soma de valorização não mercantil privada gera valor não social de mercado.

Até aqui, analisamos a língua como um bem privado. No entanto, como já mencionado, a língua também pode ser analisada por meio da perspectiva de

bem público. Conforme Jiménez (2006), a língua sendo considerada uma ferramenta de comunicação cumpre seu papel de capital social.

Capital social se refere as características da organização social, como confiança, normas e redes, que podem melhorar a eficiência da sociedade ao facilitar ações coordenadas. (Putman, 1993, p. 1)

Tais características do capital social estão intrinsecamente ligadas à língua, que, como ferramenta de comunicação, pode promover a melhora das redes sociais, diminuindo os custos da informação e de transação, sem que isso lhe acarrete prejuízos. A língua, então, possui os dois requisitos básicos de um bem público: o de não rivalidade e o de não exclusão.

O primeiro, conforme Jiménez (2006) significa que o consumo do bem pelo indivíduo não reduz a sua disponibilidade para os outros. No caso da língua, o seu valor aumenta proporcionalmente com a quantidade de indivíduos que a utilizam. O segundo requisito, o da não exclusão, significa que não é possível impor a esse bem um preço que limite seu consumo.

Todavia, cabe uma ressalva a esse segundo requisito. Apesar de não ser possível estabelecer um preço que limite o acesso a esse bem, no caso da língua ainda é possível que haja entraves que não permitam que todos os indivíduos tenham acesso ao bem da mesma forma. Por exemplo: dois indivíduos que moram num país de língua oficial inglesa, falam inglês e possuem níveis equivalentes de acuidade gramatical, um deles tem sotaque nativo da região e o outro tem o sotaque estrangeiro. Devido ao processo de discriminação, explicado anteriormente, o indivíduo que tem a pronúncia local possivelmente terá maior *status* social. Isso, de certa forma, limita o acesso do indivíduo com sotaque estrangeiro aos bens de consumo. Portanto, apesar de os dois falarem inglês, bem de consumo não excludente, é possível criar maneiras de restringir o acesso dos indivíduos a esse bem de consumo e diminuir seus rendimentos.

Além disso, Jiménez (2006) afirma que como bem público a língua é capaz de gerar externalidades. Entendendo como externalidade os custos e benefícios gerados no processo decisório suportados por terceiros, que não

estão diretamente envolvidos nesse processo. Essa pode ser de natureza negativa, quando se impõe custos aos agentes, ou de natureza positiva, quando os agentes involuntariamente se beneficiam. (Callahan, 2001, n.p.).

A partir desse primeiro conceito, constrói-se então a ideia de externalidades de rede. A externalidade de rede é um tipo específico de externalidade que ocorre quando um novo usuário de um bem ou serviço gera um benefício ou custo para os outros usuários de um bem ou serviço.

O efeito de benefício direto, ou também chamado efeito de rede se refere a alguns tipos de decisões, em que você provoca um benefício explícito quando você alinha seu comportamento com o comportamento dos outros. (Easley & Kleinberg, 2010, p. 509)

Essa característica, conforme Jiménez (2006), dá a língua um caráter de bem supercoletivo, isto é, o valor de pertencer a um determinado grupo linguístico aumenta conforme o número de indivíduos que passam a utilizá-la, sem problema de congestionamento.

Esse aspecto ocasiona consequências econômicas, já que tal fator é determinante para a escolha das línguas que serão mais estudadas pelos indivíduos. Esses idiomas se transformam em línguas dominantes e, à medida que crescem, recebem maior alocação de recursos econômicos em detrimento de outros idiomas, dado que os indivíduos buscarão investir naquilo que vai lhes proporcionar maior retorno. No caso da língua, considerando a função comunicativa, aquela que for mais disseminada e possuir maior número de falantes será a que gerará maior número de rendimentos aos seus investidores.

2.4 Barômetro de Calvet

Até o momento, apresentamos as diversas formas com que os estudiosos buscaram relacionar a língua com a economia e, de que maneira essa ligação afeta os indivíduos que visam aprender outro idioma. Entretanto, ainda se faz necessário entender quais são as formas de mensurar o valor de um idioma. Uma vez que para considerar que uma língua é mais “valiosa” que outras, é necessário estabelecer parâmetros de comparação, por meio dos quais seja possível analisar o peso das línguas em diferentes contextos, dado que é por meio dessa análise, por exemplo, que a IRENA será capaz de determinar quais são as línguas que de forma efetiva garantirão a troca de informação, sem que isso acarrete grandes custos aos membros da Agência.

Na tentativa de desenvolver um mecanismo capaz de realizar tal análise, em 2011, os pesquisadores Alain Calvet e Louis-Jean Calvet desenvolveram um *software* chamado Barômetro de Calvet, por meio do qual é possível realizar a comparação entre o peso de diversas línguas a partir de alguns parâmetros estabelecidos pelos estudiosos.

Cabe aqui ressaltar, que conforme já mencionado, mensurar o valor de uma língua não é tarefa fácil. Logo, o observatório das línguas, ou Barômetro de Calvet, é apenas um modelo, que pode ser questionado por outros estudiosos da área, principalmente, em relação aos parâmetros eleitos para realizar a comparação entre os diversos idiomas.

Feitas essas considerações, tentaremos então explicar como foi desenvolvido o Barômetro de Calvet.

Conforme Galito (2006), Louis-Jean Calvet propõe uma analogia entre a ecologia e a linguística. O autor considera que assim como no meio ambiente, em que os grupos de seres vivos se relacionam com o meio em que vivem, as várias comunidades linguísticas se relacionam entre si e com o ambiente em que estão inseridas. Baseado nessa ideia, o autor afirma que um mesmo idioma é falado em várias regiões, ou seja, está presente em vários ambientes

de forma distinta. Logo, em cada um desses sistemas o idioma terá uma posição, indo da mais central a mais periférica.

Considerando o sistema idiomático global, o autor classifica o inglês como a *língua pivot*, ou seja, a mais central no sistema e, as outras línguas com alto grau de predominância, como o francês, como *línguas supercentrais*. Já os idiomas com menor projeção mundial, como o galego, são classificados como *periféricos*. A partir dessa análise, Calvet (1999) explicita que quanto mais central for um idioma, maior será seu poder de atração e mais alto será seu *status* dentro da comunidade falante.

Por meio dessa teoria, o autor busca compreender os motivos pelos quais algumas línguas possuem maior *status* e peso econômico em detrimento a outras. Todavia, em sua explicação, o autor deixa claro que uma língua que é central em um determinado sistema, não necessariamente detém a mesma posição em outro. Isso irá depender dos fatores que serão levados em consideração para realizar essa classificação.

É com base nessa teoria sobre a centralidade das línguas, observando que a partir de uma série de critérios de classificação é possível calcular o peso dos idiomas dentro de um sistema, que Calvet começa a desenvolver o Barômetro de Calvet.

Para o desenvolvimento do barômetro, os autores tiveram de instaurar um conjunto de critérios que pudessem ser utilizados de forma igualitária para a comparação de todas as línguas.

Para começar, como parâmetro para a seleção das línguas que seriam utilizadas no Barômetro, os estudiosos estabeleceram que só seriam comparadas aquelas que tivessem mais de cinco milhões de falantes, como base para a seleção utilizaram os dados do Ethnologue (Calvet; Calvet, 2011). Dessa forma, apesar de estar catalogada a existência de mais de 7000 línguas, o observatório de Calvet só trabalha com 137, que correspondem aos critérios estabelecidos.

Com essa seleção, os autores, então, passam a estabelecer os fatores que serão atribuídos às línguas para que essas pudessem ser comparadas. Cada

um desses fatores recebe um valor e, a partir disso pode-se calcular estatisticamente o valor real dos idiomas. Além disso, para atribuir um valor a cada idioma, toma-se uma média ponderada do índice em cada país onde a língua é falada, desde que o número de falantes do país em questão seja pelo menos igual a 1% do número de falantes da língua no mundo. Ao todo, os dois pesquisadores trabalham com dez fatores de comparação. O linguista Luís Reto os explica da seguinte forma:

Número de falantes:

Se refere ao número de falantes que têm o idioma como primeira língua. Fonte de dados são as informações do site Ethnologue” (Reto, 2012, p. 4)

Entropia¹³:

Entropia é o elemento que quantifica a desordem no sistema. No Barômetro se refere ao modo como os falantes de uma língua se dividem entre as regiões onde o em questão idioma é falado. Quanto mais dispersos os indivíduos maior a entropia. (Reto, 2012, p. 4)

Índice de desenvolvimento humano;

A base de dados desse fator são retiradas do site oficial das Nações Unidas. Esse índice leva em conta o produto nacional bruto por indivíduo, a renda per capita, a expectativa de vida e nível de escolaridade. Ele quantifica o nível de desenvolvimento de um país. (Reto, 2012, p. 4)

Índice de Fecundidade:

Se refere a média de filhos por mulher. Os dados são retirados do site das Nações Unidas. (Reto, 2012, p. 4)

Índice de penetração na Internet:

Se refere ao número de usuários da Internet dividido pela população total do país. (Reto, 2012, p. 5)

Número de artigos na Wikipédia:

Corresponde à soma de todos os artigos publicados na língua no site Wikipédia, desde sua criação até 23 de novembro de 2009. (Reto, 2012, p. 5)

¹³ A entropia de um sistema caracteriza o seu grau de desordem.

Prêmio Nobel de literatura:

Atribui-se o prêmio à língua em que o autor escreveu a obra que foi premiada. (Reto, 2012, p. 6)

Tradução língua- fonte e Tradução língua- alvo:

Nos dois casos, os dados utilizados para comparação se encontram no site da UNESCO, *Index Translatum*. (Reto, 2012, p. 5)

Número de países onde a língua é idioma oficial:

Foram contabilizadas apenas as línguas oficiais de *jure*¹⁴ e, usa como base de dados a lista da Universidade de Laval. (Reto, 2012, p.5)

Com a definição desses parâmetros, foi possível então realizar uma serie de comparações entre as 137 línguas utilizadas no barômetro. Abaixo, mostraremos alguns exemplos das comparações feitas (GAIO, 2011).

Levando em consideração o primeiro parâmetro, número de falantes, temos a seguinte classificação:

1.	Mandarim
2.	Espanhol
3.	Inglês
4.	Árabe
5.	Híndi
6.	Bengali
7.	Português
8.	Russo
9.	Japonês
10.	Alemão
11.	Javanês

Tabela 2. Classificação por número de falantes (GAIO, 2011, n.p.)

Ao observar o quadro, percebemos que línguas que não são tão disseminadas, como o hindi e o bengali, estão à frente de línguas centrais como o português e o japonês.

Contudo, se mudarmos o parâmetro e analisarmos o número de países onde a língua tem o *status* de idioma oficial veremos a seguinte situação:

¹⁴ De jure: pela lei, legítimo.

1.	Inglês
2.	Francês
3.	Espanhol
4.	Árabe
5.	Português
6.	Alemão
7.	Neerlandês
8.	Russo
9.	Italiano
10.	Mandarin
11.	Sérvio

Tabela 3. Classificação por número de países onde a língua tem status oficial (GAIO, 2011, n.p.)

Nesse caso, é possível observar que as línguas com maior projeção ocupam as primeiras posições.

E como último exemplo, observamos o quadro que realiza a comparação levando em consideração todos os parâmetros estabelecidos:

1.	Inglês
2.	Francês
3.	Espanhol
4.	Alemão
5.	Neerlandês
6.	Japonês
7.	Sueco
8.	Árabe
9.	Italiano
10.	Dinamarquês
11.	Finlandês
12.	Russo
13.	Mandarim
14.	Hebreu
15.	Polonês
16.	Português
17.	Húngaro
18.	Alemão Suíço
19.	Grego
20.	Catalão

Tabela 4. Classificação considerando todos os parâmetros de comparação (GAIO, 2011, n.p.)

Tais exemplos nos demonstram que o Barômetro de Calvet, ou observatório das línguas, é um mecanismo importante para perceber de que forma os mais diversos fatores afetam o peso das línguas no contexto mundial. Essa percepção é importante, porque permite compreender em quais quesitos a língua perde ou ganha mais valor e, dessa forma, buscar os recursos necessários para melhorar seu desempenho nesses parâmetros.

Por exemplo, o caso do árabe e do alemão, que, como já mencionado, são línguas com uma forte presença, mas que possuem características que não favorecem sua predominância. Fato observável nos quadros de comparação anteriores, em que essas línguas aparecem em boas posições, mas nunca ocupam a primeira posição. Demonstrando que esses idiomas possuem um “valor menor” em relação a outras línguas, como o inglês.

Ao observar tal situação, os países que possuem essas línguas como idiomas oficiais podem buscar investir em alguns parâmetros, de forma que na comparação geral, que leva em consideração todos os parâmetros de comparação, as línguas tenham um peso maior.

Quanto maior o valor de um idioma maior será o interesse dos indivíduos em aprendê-lo, dado que esse lhe trará maiores rendimentos econômicos. Isso é de extrema importância no contexto aqui estudado, pois uma vez que esses idiomas sejam mais disseminados e haja mais indivíduos que os utilizem, esses mais facilmente serão incorporados como línguas oficiais em agências internacionais. Posto que, ao aumentar seu peso econômico, o idioma se torna mais atrativo aumentando a comunidade falante, o que torna o processo comunicativo mais eficiente e barato, favorecendo a predominância do idioma nas mais diversas áreas da sociedade.

A partir dessa revisão bibliográfica do tema da economia da língua, compreendendo melhor esse caráter dos idiomas, buscaremos agora entender de que forma tal característica influencia na situação observada na IRENA.

2.5 Análise da questão IRENA

A língua, como característica unificadora, exerce um forte impacto nas economias a vários níveis, nomeadamente, na dinamização das trocas comerciais, na promoção da globalização empresarial, no desenvolvimento das relações políticas e sociais, no intercâmbio de ideias, e no fluxo de pessoas. (Palma, 2012, n.p.)

Mediante a análise da teoria da economia da língua, pudemos observar quais são os elementos que compõem o caráter econômico dos idiomas e de que maneira isso afeta na hierarquia estabelecida entre as línguas. Cabe agora observar de que maneira essa perspectiva da língua contribui para a situação idiomática observada na Agência Internacional de Energias Renováveis, IRENA.

A Agência tem tendenciado a um sistema multilíngue, baseando-se no sistema da ONU. Contudo, mesmo existindo um esforço notável em direção a um ambiente multicultural, com a presença ativa de várias línguas, a IRENA encontra dificuldades na escolha desses idiomas. Essa deverá considerar os mais distintos aspectos da língua, buscando uma alternativa que acarrete menos custos e mais benefícios. Dessa forma, avaliando o contexto da Agência, podemos considerar que duas características da língua influenciam mais nesse processo de escolha. A primeira se refere a função do idioma como instrumento para instaurar poder e o segundo concerne ao caráter econômico da língua.

No que diz respeito a primeira, os idiomas não são somente mecanismos para estabelecer comunicação ou transmitir conhecimento, mas são uma forma de instaurar poder e estabelecer hierarquias. Ao nos comunicarmos buscamos legitimar nossas vontades, seja por meio da força ou do convencimento. Essa é uma das características da língua que devemos considerar no momento de escolha dos idiomas oficiais de uma organização, pois nessa seleção estaremos legitimando quais serão os indivíduos que irão deter maior *status* dentre todos os membros.

Já no que se refere à segunda acepção de língua, o caráter econômico dessas nos ajuda a compreender o motivo pelo qual algumas línguas são mais

estudadas e disseminadas que outras, ganhando assim valor e reconhecimento, que será atribuído a seus utilizadores. Tendo que, conforme a teoria da economia da língua, apresentada nos capítulos anteriores, os indivíduos têm nos idiomas uma fonte de rendimentos econômicos e por isso tendem a escolher aqueles que fornecem maiores benefícios a menores custos, pois as línguas são vistas em termos de habilidade e conferem vantagens competitivas àqueles com maior domínio dessas.

Podemos constatar, então, como esses dois pontos podem influenciar no contexto da IRENA, por meio de um exemplo de uma situação hipotética.

Considerando que os representantes dos países que são membros da Agência estão lá por diversos motivos políticos e econômicos e, não necessariamente, possuem competência em outros idiomas, ao eleger uma língua oficial, por exemplo, o inglês, a Agência obriga que todos os representantes se comuniquem nesse idioma, independentemente se esses possuem o mesmo domínio da língua.

Com isso aqueles membros que possuem maior competência nesse idioma terão maiores vantagens competitivas por dois motivos: primeiro por possuírem melhor domínio da língua, esses terão maior capacidade de argumentação. Associando isso ao caráter econômico da língua, essa habilidade argumentativa garantirá a esses representantes maiores chances de alcançar seus objetivos em detrimento daqueles que possuem menor competência no idioma, principalmente considerando que nesse contexto a maiorias das decisões são tomadas por meio de debate. Logo, por possuírem maior domínio da informação, eles terão uma vantagem competitiva que pode gerar mais lucros para os países representados por esses indivíduos.

Tal escolha também afeta os jogos de poder dentro da instituição. No caso de uma negociação entre o presidente da Agência que possui o inglês como segunda língua e outro representante que a tem como língua materna, será notável que o indivíduo com maior domínio de inglês terá maior capacidade de argumentação e isso gera consequências na hierarquia e no prestígio entre os membros da instituição, pois o representante como maior capacidade de oratória terá maior poder de convencimento, podendo assim obter mais

benefícios, apoio e até mesmo poder em detrimento do representante com menor competência linguística, mesmo esse possuindo um cargo mais alto.

Além disso, essa eleição contribui para que se mantenha a hierarquia entre as línguas, uma vez que ao escolher um idioma de alta disseminação, a Agência incentiva o uso desses idiomas dominantes, o que favorece a predominância desses nos mais diversos contextos e os tornam ainda mais atrativos para a comunidade falante. Isso agrega maior valia a essas línguas, fazendo que essas sejam preferidas em um momento de escolha em detrimento daquelas de menor projeção.

Essa análise, então, demonstra como é delicada essa decisão para Agência, já que essa envolve questões que vão muito além da visão simplista de língua como um instrumento comunicativo. Ao decidir sua questão idiomática a Agência irá definir quem serão os membros de maior poder e influência, e poderá garantir para alguns de seus membros vantagens competitivas relacionadas a suas competências linguísticas, situação que acaba gerando desigualdade entre os representantes. Tendo que esses têm os mesmos deveres na Agência e por isso deveriam deter os mesmos direitos. Contudo, dependendo das escolhas feitas no que se refere ao regime idiomático, as perdas de informação para alguns membros, devido à falta de competência linguística, pode acarretar grandes perdas financeiras.

Considerações Finais

Disse Javé: Eis que o povo é um só, e têm uma só linguagem, e tal é o começo de suas façanhas! E agora nada do que intentarem lhes será impossível. Vinde, desçamos e confundamos ali a sua linguagem, para que não entendam a língua um do outro. Assim Javé os espalhou dali sobre a face de toda a terra; e cessaram de edificar a cidade. Por isso se chamou o seu nome Babel, porquanto ali confundiu Javé a linguagem de toda a terra. (Bíblia Sagrada, Genesis 11,1-9)

Ao longo deste projeto de pesquisa, pudemos observar que a língua pode ser vista por meio de diversas perspectivas, que vão além do processo comunicativo. Os idiomas têm sido utilizados como objeto para garantir o poder desde os primórdios da sociedade, por exemplo, os colonizadores impunham o idioma da metrópole e obrigavam que os nativos o utilizassem, como uma forma de garantir o controle e a soberania do país dominante. Com o passar dos anos, essa situação não se alterou muito. É perceptível que certos idiomas recebem mais recursos econômicos e políticos que contribuem para sua legitimação e, findando por estigmatizar aqueles de menor significância. Essa desigualdade linguística gera o quadro que observamos ao longo deste trabalho. Enquanto algumas línguas ganham maior notoriedade e conseqüentemente maior valor econômico, outras não conseguem obter uma difusão necessária que lhes garanta maior *status* em um âmbito mundial.

Essa situação, como vimos, acarreta custos à língua e àqueles que as utilizam, tomando que quanto maior sua valia, mais atrativa se torna a língua. Como uma fonte de rendimentos, seu poder atrativo e econômico cresce de acordo com seu uso, pois como já observamos aqui, o indivíduo irá se interessar pelo idioma que poderá lhe fornecer acesso ao maior número de benefícios, gerando menor quantidade de custos para a sua obtenção. Sendo a principal função do idioma a comunicação, a língua que der acesso a maior comunidade falante será a preferida.

Contudo, para que a língua seja reconhecida como a de maior valor, há uma série de fatores que influenciarão. Como já evidenciamos, o valor de um idioma

é resultado da soma de diversos componentes, que em conjunto formam a importância de cada idioma. Os estudiosos da economia da língua buscam evidenciar esses elementos que valorizam a língua e, entender como se dá essa relação entre eles. É a partir desses estudos que podemos observar a faceta econômica da língua e entender quais são as características que lhe são atribuídas para que essa tenha caráter de variável econômica, que influencia no capital humano. Com base nessa perspectiva, é possível observar como se dão os jogos de poder entre as línguas e entre aqueles que as utilizam, ficando evidente que os idiomas de maior *status* são aqueles utilizados por indivíduos ou nações que detêm maior poder político e econômico.

Levando em consideração que a língua não é usada apenas para transmitir informação, observamos ao longo do trabalho que essa tem a capacidade de estabelecer hierarquias e garantir poder a determinados grupos. Logo aqueles que possuem domínio de um idioma têm maior capacidade de influenciar e, assim, garantir maiores benefícios, visto que os indivíduos que possuem maior proficiência na língua têm maior capacidade oratória do que aqueles com menor percepção do idioma. Essa situação acarreta custos aos indivíduos e países que não detêm esse domínio, pois o uso estratégico do discurso pode garantir rendimentos maiores aos que apresentam maior competência linguística. Ademais, essa situação também favorece a predominância de um idioma em relação aos outros. Já que, ao fornecer maior quantidade de benefícios àqueles que o utilizam, o idioma ganha maior proeminência e valor.

Esse fato é observável quando analisamos entidades internacionais, como a Organização Mundial das Nações Unidas (ONU). Teoricamente a instituição trabalha sobre o regime do multilinguismo, entretanto, o que se observa é que dentro da organização há o predomínio do inglês, língua de maior relevância, em detrimento da igualdade linguística, que promove o uso do maior número de línguas possíveis detendo a mesma importância. Na realidade não só nessa, mas em diversas outras entidades internacionais, o inglês tem sido a língua de trabalho *de facto*¹⁵. Por possuir maior disseminação e peso econômico, a língua inglesa é implicitamente imposta a todos os usuários,

¹⁵ De facto : na prática, tendo como expressão antônima *de jure*, que significa "pela lei" .

independentemente de seu domínio do idioma. Isso ocasiona perdas aos países, uma vez que priva os representantes de um acesso igualitário ao sistema.

Essa questão linguística nas organizações internacionais foi exposta ao longo do trabalho mediante a análise da situação vivenciada na Agência Internacional de Energias Renováveis. Como já dito, a Agência tem tendenciado à adoção de um sistema multilíngue, como o da ONU. Nos documentos que tratam sobre a questão do multilinguismo na IRENA, a Agência busca deixar bem claro que a questão linguística é de extrema relevância para a instituição. Nesses materiais a Agência explicita que pretende adotar um sistema multilíngue, visando à igualdade e a pluralidade interna.

Entretanto, ao implementar um regime experimental que inclui apenas o árabe, o inglês, o espanhol e o francês, essa já demonstra que a proposta exposta por meio desses documentos não está sendo respeitada por completo. Ao propor o multilinguismo, a Agência deve buscar funcionamento eficaz e democrático, no qual seja garantido um mínimo de igualdade de acesso à informação e à palavra. Uma vez que, em uma organização internacional, todos os representantes têm os mesmos direitos e deveres, deve-se promover um sistema linguístico que garanta a esses a equidade ao proferir seus discursos e ideias sem que isso lhes acarrete algum tipo de perda.

Logo, como podemos perceber, esse é um sistema suscetível em diversos pontos, sendo um dos principais o acesso igualitário à informação. Uma vez escolhidos os idiomas oficiais da Agência, todo material produzido por essa deve estar naquelas línguas e isso gera uma série de consequências.

Uma delas é de ordem logística, relacionada à questão da interpretação dos idiomas. Certas línguas possuem menor disseminação e têm acesso dificultado, por isso é menor o número de tradutores e o custo de contratação desses é mais alto. Além disso, nem sempre é possível encontrar tradutores para todos os idiomas, sendo algumas línguas traduzidas apenas para o inglês. O principal ponto em relação ao inglês, nesse âmbito das entidades internacionais, é que essa é uma língua considerada como facilitadora da comunicação. Entretanto, se considerarmos que nem todos os representantes

tem o mesmo domínio da língua inglesa e sendo a tradução das informações feita apenas nessa língua, encontramos um problema. Uma vez que, aqueles indivíduos com menor proficiência nesse idioma terão mais dificuldade de acesso à informação transmitida, o que gera custos irremediáveis no caso de uma negociação, pois o representante pode perder detalhes cruciais que lhe garantirão maiores benefícios.

Outra consequência no que se refere às escolhas linguísticas de uma instituição, como já visto, está relacionada à relevância de cada país. No caso da IRENA, ao não implementar o idioma alemão como uma das línguas do seu sistema linguístico, essa está retirando prestígio de um dos membros que mais cooperou para sua formação. Ressaltando que a língua é uma forma de demonstrar *status*, usualmente, são eleitas línguas oficiais aquelas que são utilizadas pelos países com maior poder. Nesse caso, fica claro que os idiomas selecionados são representativos dos países de maior poder político e econômico dentro da Agência.

Aqui, então, nos deparamos novamente com a situação explicitada durante toda a pesquisa, a escolha dos idiomas oficiais é um fator determinante de vários aspectos da Agência, principalmente, no que diz respeito à igualdade entre seus membros. Como um meio para tentar elucidar essa questão, levando em consideração tudo que foi apresentado até aqui, poder-se-ia sugerir que a IRENA adotasse um mecanismo que, ao menos incluísse o alemão como uma das línguas oficiais da Agência, já que o árabe já está entre os idiomas oficiais do sistema da ONU.

O fato é que situações linguísticas como essa evidenciada pelo caso da agência IRENA sempre existirão. A globalização se apresenta como um desafio para a questão idiomática em todos os âmbitos da sociedade, principalmente, em ambientes multiculturais como entidades internacionais. Dentro de um escopo global cada vez mais competitivo, a busca pela diversidade linguística frente à disseminação de determinadas línguas, que são vistas como facilitadoras do processo comunicativo e economicamente mais rentáveis, é uma tarefa especialmente difícil.

O multilinguismo assumiu um papel de destaque nas diversas esferas sociais, e alcançado um patamar tão relevante, começou a fazer parte dos debates políticos nas instituições, como no caso da IRENA. Contudo, é notável a dificuldade de se equilibrar a expansão de alguns idiomas com a pluralidade linguística. Ainda que haja a elaboração de planos e políticas visando a melhor maneira de promover a equidade linguística, e essas medidas constituam um primeiro gesto importante na busca da multiplicidade linguística, isso não é suficiente para garantir de forma válida o respeito ao multilinguismo.

Percebendo que esse é um dos grandes desafios, em um mundo em constante processo de aproximação cultural, é importante reconhecer além do interesse da Agência em guardar e respeitar o multiculturalismo, os desafios e obstáculos impostos por esse objetivo. Como notamos não há solução fácil e todas são bastante onerosas. Os profissionais que ali trabalham precisam ter sempre em mente os esforços e dificuldades inerentes à implementação e ao uso de um sistema multilingue em um ambiente pluricultural como o da IRENA.

Ressaltamos aqui, que não foi o objetivo dessa pesquisa apresentar uma solução definitiva para a situação apresentada, levando em consideração que qualquer tentativa de elaborar uma solução para uma questão tão abrangente seria demasiado simplista, considerando a complexidade do tema. Logo, por meio da nossa análise, buscamos acrescentar dados e perspectivas que auxiliassem no debate e na reflexão sobre como o valor e o *status* atribuídos a um idioma podem influenciar na situação socioeconômica daqueles que fazem uso desse, principalmente, dentro do contexto multicultural das organizações internacionais.

Bibliografia

ARROW, Kenneth. The Theory of Discrimination. O. Ashenfelter and A. Rees (editors), *Discrimination in Labor Markets*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1973.

BECKER, Gary. *The Economics of Discrimination*. Chicago: Chicago Press, 1957.

BELL, Mathew. *The German Tradition of Psychology in literature and Thought, 1700-1840*. Nova York: Cambridge University Press, 2005.

BIBLIASPA. <http://www.bibliaspa.com.br/> (Consultada em: 29/10/2013)

BOULET, André. *Language and Earnings in Montreal*. Ottawa: Economic Council of Canada, 1980.

CALLAHAN, Gene. What is an externality?. *The free Market*, v. 19, 2001. n.p. http://mises.org/freemarket_detail.aspx?control=367

CALVET, Louis-Jean. *La Guerre des Langues*. PARIS : Editora Payot, 1987.

CALVET, Alain; CALVET, Louis-Jean. Baromètre Calvet des langues du monde. *Observatoire Européen du Plurilinguisme*. http://plurilinguisme.europe-avenir.com/index.php?option=com_content&task=view&id=6620&Itemid=88889060. 19/03/2011. (Consultado em: 31/7/2013)

CATAR FOUNDATION. <http://www.qf.org.qa/about> (Consultado em: 29/10/2013)

CHISWICK, Barry. The Economics of Language: An introduction and overview. *IZA Discussion Papers*, n. 3568, 2008. n.p. <http://ftp.iza.org/dp3568.pdf>

CHISWICK, Barry, MILLER, Paul. English Language Fluency among Immigrants in the United States. *Research in Labor Economics*, vol. 17, 1998. n.p. http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=44480

COLEMAN, James. Social Capital in the Creation of Human Capital. *The American Journal of Sociology*, v. 94, p. 95-120, 1988.

COSTA, Francisco. Ainda a língua portuguesa. *duas ou três coisas blogspot*. <http://duas-ou-tres.blogspot.com/2013/02/ainda-lingua-portuguesa.html>. 2013. 28/02/2013. (Consultado em: 12/09/2013).

DELAFOSSÉ, Maurice. *Haut-Sénégal- Niger (Sudan Français)*. Paris: Editora Emile Larose, 1912.

EASLEY, David; Kleinberg, Jon. *Networks, Crowds, and Markets: Reasoning About a Highly Connected World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA 2009. "Arabic language." <http://www.britannica.com/search?query=arabic>. (Consultado em: 10/9/2013).

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA 2009. "German." <http://www.britannica.com/search?query=german>. (Consultado em: 10/9/2013).

ESCÓSSIA, Carlos. O que é microeconomia?. *Blog de Carlos Escóssia*. <http://www.carloescossia.com/2009/12/o-que-e-microeconomia.html> (Consultado em: 17/12/2013).

FERREIRA, Wladimir. Geografia. *Professor Wladimir - Geografia* http://profwladimir.blogspot.com.br/2013/01/idiomas-linguas-mais-faladas-no-mundo_1775.html (Consultado em: 29/09/2013)

FISK, Roberto. Qual será o futuro do mundo árabe?. *Geopolítica do Petróleo*. <http://geopoliticadopetroleo.wordpress.com/?s=fisk> (Consultado em: 29/09/103).

GAIO, Mário. O peso das línguas. *Línguas, Linguagem, Linguística*. <http://linguaslinguagemlinguistica.blogspot.com.br/2011/11/o-peso-das-linguas-ou-o-real-valor-que.html>. 2011. (Consultado em: 31/7/2013)

GODOY, Arilda. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, v.35, n°3, p.20-29, 1995.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

GRIN, François. Economic Approaches to Language and Language Planning: an Introduction. *International Journal of the Sociology of Language*, n°121, p.1-16, 1996.

GRIN, François. Language Planning and Economics. *Current issues in Language Planning*, v. 4, n.1, p. 1-166, 2003.

GRIN, François. Economic Considerations in Language Policy. *Ricento, Thomas (Ed.): An Introduction in Language Policy*. Oxford: Blackwell, p.77-94, 2006.

IRENA. <http://www.irena.org/menu/index.aspx?mnu=cat&PriMenuID=13&CatID=30> (Consultado em: 15/07/2013).

IRENA. Ata das Conferências Preparatórias. Site Oficial da Agência. <http://www.irena.org/menu/index.aspx?mnu=cat&PriMenuID=13&CatID=30>. 2008.

IRENA. Estatuto de Criação da Agência. Site Oficial da Agência. <http://www.irena.org/menu/index.aspx?mnu=cat&PriMenuID=13&CatID=126>. 2009.

IRENA. Atas da I Assembleia Geral. Site Oficial da Agência. <http://www.irena.org/Assembly/1stAssembly.aspx?mnu=Subcat&PriMenuID=44&CatID=61&SubcatID=175>. 2011.

IRENA. Atas da II Assembleia Geral. Site Oficial da Agência. <http://www.irena.org/Assembly/2ndAssembly.aspx?mnu=Subcat&PriMenuID=44&CatID=61&SubcatID=176>. 2012.

IRENA. Atas da III Assembleia Geral. Site Oficial da Agência. <http://www.irena.org/Assembly/3rdAssembly.aspx?mnu=Subcat&PriMenuID=44&CatID=61&SubcatID=319>. 2013.

JIMÉNEZ, Juan Carlos. La Economía de la lengua: una visión de conjunto. *Documentos de Trabajo del ICEI-Fundación Telefónica*, n.1, 2006. n.p. <http://dialnet.unirioja.es>

LEWIS, M. Paul; GARY F. Simons; CHARLES D. Fennig (eds.). 2013. *Ethnologue: Languages of the World, Seventeenth edition*. Texas: SIL International. Online version: <http://www.ethnologue.com>. (Consultado em: 20/09/2013)

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel (org). *Navegando pela História da Educação Brasileira*. Campinas, SP: GRAF. FE: HISTEDBR, 2006.

LOUREIRO, Paulo. Uma Resenha Teórica e Empírica sobre Economia da Discriminação. *Revista Brasileira de Economia*, n.57, p.125-157, 2003.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Editora EPU, 1986.

MARIANI, B. Quanto vale uma língua? O apagamento do político nas relações econômicas e linguísticas. Santos, A. C; Almeida, C. e Pontes Jr, G. (Org.). *Relações literárias internacionais II. Interseções e fricções entre fonias*. Rio de Janeiro: Eduff, 2008. p. 193-207.

MARSCHAK, J. Economics of language. *Behavioral Science*, v.10, p. 135-140, 1965.

MARTA, José Manuel Carvalho. Externalidades uma resenha. *Revista de Estudos Sociais*, v.1, n.2, 1999. n.p. www.periodicoscientificos.ufmt.br

MARTINS, Gilberto Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

MUNDT, Jonel. Externalities: uncalculated outcomes of exchanges. *Journal of Macromarketing*, v. 13, n.2, p. 46-53, 1993.

OLIVEIRA, Marly. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

PALMAS, Francisco Mendes. Estudo A Economia Portuguesa e a Lusofonia. *Espírito Santo Research*. <http://www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plg=434053db-3f09-4c5c-a00a-b86c3bab70e6>. (Consultado em: 17/12/2013)

PEREIRA, Telma Cristina de Almeida Silva. *O ensino de línguas estrangeiras como um fator de inclusão social: o desafio da francofonia no Rio de Janeiro..* Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação do Departamento de Letras-PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2006.

PHELPS, Edmund. The statistical theory of racism and sexism. *The American Economic Review*, n. 62, p. 659-661, 1972.

PHILLIPSON, Robert . Lingua franca or lingua frankensteinia? English in European integration and globalization. *World Englishes*, v. 27, p. 250-267, 2008.

PUTNAM, Robert. The Prosperous Community: Social Capital and Public Life. *The American Prospect*, n. 13, p. 35-42, 1993.

RETO, Luís. *Potencial Económico da Língua Portuguesa*. Editora: Texto Editores, 2012.

SOUSA GALITO, Maria. Impacto Económico da Língua Portuguesa Enquanto Língua de Trabalho. *CI-CPRI, AGL*, n. 1, p. 1-97, 2006.

THE FREE DICTIONARY- Legal Dictionary. <http://legaldictionary.thefreedictionary.com>

TOKIN, Humphrey. Language and Society. *Occasional Papers from the American Forum for Global Education*, n.178, p.1-24, 2004.

VAILLANCOURT, François. *Differences in Earnings by Language Groups in Quebec, 1970: An Economic Analysis*. Quebec: International Center for Research on Bilingualism, 1980.

ZHANG, Weiguo; GRENIER, Gilles. How can language be linked to economics? A Survey of Two Strands of Research. *Cahier de recherche*, v.1206, 2012. n.p. <http://www.socialsciences.uottawa.ca>

Anexos

INTERNATIONAL RENEWABLE ENERGY AGENCY

Third session of the Assembly
Abu Dhabi, 13 – 14 January 2013

Decision on Multilingualism

The Assembly,

Recalling that decision A/1/DC/9 on Multilingualism requested the Director-General to submit to the Assembly, no later than at its third session, options with concrete measures, including cost implications, aiming at a progressive integration of official UN languages to advance the work of the Agency, based on a reasonable and cost-effective use of the resources of the organisation;

Taking note of the recommendation of the Council at its fourth meeting on the matter;

Having considered the Report of the Director-General on Multilingualism submitted pursuant to this request and contained in A/3/7;

Requests the Secretariat

1. To provide for interpretation services at Assembly and Council meetings for UN languages currently well-represented among the Agency's membership, and, as required, for high-level consultative meetings, financed from the UAE government bid, and subject to availability of resources.
2. To include in the proposed Work Programme and Budget, for consideration at the fourth session of the Assembly, as part of the core budget, and subject to availability of resources, the costs and administrative requirements associated with the following:
 - i. Translation of the major sessional documents for the Assembly and Council meetings from English into the UN languages that are currently well-represented among the Agency's membership, namely Arabic, French, and Spanish;
 - ii. Interpretation and translation requirements in connection with programmatic activities based on real need and relative benefit, and bearing in mind the associated costs. Provision of language services other than English would be

decided on a case-by-case basis as part of the planning of each programmatic activity;

- iii. Translation of major publication(s) that would be made available in one or more languages other than English for reasons related to outreach and potential benefit for target audiences, or translation of executive summaries of these publications from English, as required, subject to the availability of resources; and
 - iv. A preliminary assessment of the demand for, the feasibility of, and the costs associated with providing certain basic web-related applications (such as in the site interface) in additional languages.
3. To include the following in its progress review to the Assembly at its sixth session in 2016, in accordance with decision A/1/DC/9:
- i. An assessment of the implementation of translation and interpretation in the Agency's activities, including challenges faced;
 - ii. The result of its contacts with other intergovernmental and UN organizations regarding the possibility of forming a consortium or a joint language service, affording IRENA access to a pool of pre-screened language professionals who can provide high quality services; and
 - iii. The results of its contacts with the International Annual Meeting on Language Arrangements, Documentation and Publications (IAMLADP), with the aim of learning about best practices and obtaining additional specific information that may be useful in the IRENA context.

INTERNATIONAL RENEWABLE ENERGY AGENCY

Third session of the Assembly

Abu Dhabi, 13 – 14 January 2013

Report of the Director-General on Multilingualism

1. The Assembly in its first session requested the Director-General to “submit to the Assembly, no later than at its third session, options with concrete measures, including cost implications, aiming at a progressive integration of official UN languages to advance the work of the Agency, based on a reasonable and cost-effective use of the resources of the organisation” (A/1/DC/9 of 16 August 2011).
2. The Assembly stressed “the value of multilingualism in its governance processes and in its outreach, and the inclusiveness and participation that this approach promotes”. The Assembly also recognized the need to balance the benefits of multilingualism with the impact that the adoption of a multilingual regime and its cost may have on the Agency’s capacities for other projects and programming. It underlined “the necessity to develop IRENA’s institutional, programmatic, and operational capacity in order to ensure the effective implementation of its objectives and activities, as stipulated in the Statute”, and stressed “the need for the smooth, cost-effective, gradual and efficient implementation of multilingualism in IRENA” (A/1/DC/9).
3. Pursuant to this Decision, the Director-General conducted a detailed review of the use of languages in comparable organizations with the view to identifying best practices and experiences that could be used to progress the integration of official languages of the United Nations (UN) into the work of the Agency. The Director-General also monitored patterns of language usage in governing body meetings, and reviewed key dimensions for the introduction of multilingualism in the Agency’s documentation and programmatic activities.
4. The present report provides a brief overview of multilingualism across a range of international organizations. It identifies options for implementation, including the cost associated with each of the options.

I. International Organizations and multilingualism

5. There is no single language regime that dominates in international organizations today. The choice of official languages in any organization depends on the nature of the organization, its membership, and other criteria deemed relevant by the members of the organization in question.
6. The number of official languages in international organizations varies widely, from 23 in the European Union, seven in WIPO, six in the UN and many other UN-system organizations, two in, among others, the OECD, to only a single official language in UPU (until 1994) and ASEAN. The application of the respective language regimes also varies widely, with many organizations adopting pragmatic and flexible approaches, while maintaining a commitment to the principle of multilingualism.
7. Many international organizations adjust the scope of their language requirements to ensure that the fundamental purposes of their work are served in the most cost-effective manner possible. Such measures include reduction of in-house translation and interpretation capacities and, in some instances, complete outsourcing of language services, as well as the introduction of policies that help manage the workload (e.g. restricting the number of pages of official documents). Informal arrangements are sometimes made in meetings, such as at the UN, where members opt for not using interpretation, and using only one language after certain hours for the sake of pragmatism and cost-effectiveness. The practical, flexible, and selective approach that many international organizations are adapting, while adhering to the principle of multilingualism, appears to be a prevailing model for the provision of language services.

II. IRENA - Current Situation

8. To date, interpretation at Assembly and Council meetings has been provided in four of the official languages of the UN, namely Arabic, English, French, and Spanish, and has been funded by the UAE government bid resources. This contribution has been recognized by the Assembly, which in its first session expressed gratitude for “the commitment of the host country to provide fixed conference funding for uses determined by the Agency, including interpretation services in all applicable UN languages for the Assembly and policy-making meetings in the host country.”
9. Over the past couple of years, the pattern of IRENA’s governing body meetings has been consistent and predictable. As stipulated in the Statute, the IRENA Assembly meets once per year and, to date, annual sessions have lasted two days each. The IRENA Council meets twice per year. The Council meetings normally

last for two days and are preceded by two days of meetings of subsidiary organs. Interpretation is provided in four languages (Arabic, English, French, and Spanish) at the meetings of the Assembly, Council, and other high-level events held concurrently, such as the Ministerial Roundtables. No interpretation is provided for the meeting of subsidiary organs.

10. Interpretation has also been offered at consultative meetings with high-level participation, such as the IRENA Africa High-Level Forum held on 8-9 July 2011 in Abu Dhabi, and the Renewables and Islands high-level meeting on 6-7 September 2012 in Malta. The number of languages interpreted at IRENA high-level meetings has so far not exceeded four. In some instances, countries that wished to have interpretation in additional languages brought their own interpreters, and IRENA provided limited logistical support such as interpreters' booths and IT support.
11. IRENA also has organized numerous workshops, meetings, side events and other events, in connection with its programmatic activities. Interpretation was provided only in a very limited number of these meetings. Furthermore, official documents and IRENA publications have been issued in English only, with the exception of the IRENA Statute, which has been officially translated into five UN languages (Arabic, English, French, Russian, Spanish) and German (the language of the State Depository of the Statute).

III. Options for progressive integration of multilingualism

12. Consistent with the Assembly Decision on Multilingualism made at its first session, consideration of which languages regime to adopt should be approached pragmatically, with the paramount aim of ensuring the effectiveness of the organization in achieving its goals, through a higher level of inclusiveness, participation, and communication. The language regime should also be affordable in light of the Agency's size and resources.

Interpretation services

13. For the purpose of this report, the following meetings are being considered in the context of interpretation services:
 - a. Governing body meetings (Assembly and Council);
 - b. Meetings of subsidiary organs

- c. High-level consultative meetings; and
 - d. Meetings and workshops on programmatic matters involving technical experts.¹
14. The practice so far has been to provide interpretation for Arabic, English, French, and Spanish at Assembly and Council meetings, financed from the UAE government bid, which provides for UN language interpretation service in these meetings. The current practice reflects the UN languages currently well-represented among the membership. The choice for the coming year could be to continue the current practice of conducting IRENA governing body meetings in Arabic, English, French, and Spanish. Any request for interpretation in other languages could be facilitated by IRENA, but provided and financed by the country/ies seeking such services.
15. As the meetings of the subsidiary organs are intended to promote working-level exchanges, the use of interpretation may not be ideal because it may limit the action-oriented nature of these meetings. The Rules of Procedure for subsidiary organs state that subsidiary organs “shall conduct their business employing working methods that are efficient and results-oriented [...] avoiding unnecessary formalities and delays” (A/2/8, Rule 26). It would therefore seem practical to continue the current practice where interpretation is not provided for these meetings.
16. Interpretation for other meetings than governing body meetings would be decided on a case-by-case basis, in keeping with the current practice. As regards workshops and other programme implementation related meetings, interpretation would also be provided on a case-by-case basis, taking into account the need to ensure wide participation, in an efficient and cost effective manner.

Translation Services

17. For translation services, any combination of document types or content, including web and audio-visual content, could be covered:
- a. All sessional documents for governing body meetings;
 - b. Selected documents for governing body meetings (i.e. major policy documents such as the Annual Report of the Director-General, the Work Programme and Budget, the Medium-term Strategy documents of the Agency, and the reports of the Assembly and two Council meetings);
 - c. All programmatic publications;

¹ For the costs associated with each of these meeting types for 2011, refer to the Annex.

-
- d. Major policy-related publications, such as the proposed annual institutional publication, or other major renewable energy policy reports;
 - e. Materials produced for workshops and other Agency activities and events;
 - f. IRENA website; and
 - g. Website-related applications such as the Global Atlas, or the IRENA Renewable Energy Learning Partnership (IRELP).
18. Unlike for interpretation services, IRENA has had no provision for translation of documents to date. This is in part due to the fact that translation of documents is not only costly, but also complex to manage in terms of time, human resources and quality required. At the outset, to allow for inclusive discussions at governing body meetings, provision could be considered to translate the abovementioned major sessional documents into Arabic, French, and Spanish. The Rules of Procedure of the Assembly and the Council require the Secretariat to provide sessional documents to all Members at least 30 days in advance of the meeting of the Assembly or Council (Rules 8 and 19). In order to ensure efficient and effective use of the Agency's limited resources and sufficient time for implementation of the programmatic activities, this provision would continue to apply to the English version of the documents. Any required translation would be provided as soon as practicable, striving to leave Members with no less than ten days to review the translated documents prior to the meeting.
19. Providing translation for publications, workshops, events, and some public information materials would have a positive impact on the Agency's programmatic activities, which are at the heart of IRENA's mission, objectives, and outreach to the general public. The decision on translation of publications, public information, and programmatic materials should be approached pragmatically, with the paramount aim of ensuring the effectiveness of the Agency in achieving its goals. This might at times require including languages other than the six official languages of the UN, having regard to the target audience, to be determined on a case-by-case basis.
20. An effective and economical option could be to produce major outputs in English, with executive summaries in the UN languages currently used in the Agency, unless there is a high demand for the full text to be translated. The executive summaries could also be translated into other languages, according to the target audience. The resources required to provide these services could be reviewed during the preparatory process for each new Work Programme and Budget and included under the respective project or activity to which they relate. A more informed decision can be taken only in the light of IRENA's experience over the next few years; therefore the issue should be kept under review.

IRENA website and web-based applications

21. Translation of web-based materials becomes costly because there is no limit to potential content. In addition, users expect translation of web content to be instantaneous, whereas quality translation can be labour-intensive and slow. The provision of multilingual web content at the current stage of IRENA would be extremely difficult, both in terms of cost and capacity to maintain the site's relevance. During this still nascent stage of the Agency's development, it may be more prudent to continue to improve the content, and delay the introduction of other languages. This would not prevent the Agency from publishing on its website the sessional documents and other documents and publications already translated into other languages. The same would apply to website-related applications, such as Global Atlas or IRELP. This issue could be revisited in a few years in light of experience gained.

IV. Provision of language services

Possible ways of managing language services

22. The options for delivering interpretation and translation services range across a wide spectrum: from all services being delivered by dedicated in-house staff at one extreme, to full outsourcing at the other. In deciding on the optimum mix of service delivery, the main considerations are:
- a. The calendar of meetings (how many meetings, when they take place, and how many overlap with one another);
 - b. The volume and timing of publication and documentation requirements, including required date of distribution of written material for consideration prior to certain meetings or sessions (usually 30 days prior for governing body meetings); and
 - c. The nature of the publications and documents to be processed (their technicality, complexity, degree of sensitivity, or confidentiality, which might increase the resources required for effective translation).
23. Given the level of meeting activity and the volume of documentation and publications in IRENA since its inception, and because of the built-in fluctuations in some of the Agency's meeting and translation requirements, it would not be cost-effective at the present time to hire and maintain permanent language staff. Outsourcing therefore appears to be the best option for IRENA at the moment, but the overhead costs entailed and the recognized disadvantages of outsourcing should be taken into account. In the medium term, depending on the language

regime adopted by IRENA, the advantages of having dedicated staff to handle the planning and management of interpretation and translation would need to be considered.

The range of costs for language services

24. The International Annual Meeting on Language Arrangements, Documentation and Publications (IAMLADP), is a network of managers of international organizations employing conference and language services providers, mainly translators and interpreters, whose membership includes the United Nations, other organizations of the UN system, and other intergovernmental organizations. IAMLADP has recognized that there is a worldwide shortage of qualified language specialists for conference translation and interpretation. A new agreement negotiated between the Chief Executives Board for Coordination (CEB) of the UN system and the International Association of Conference Interpreters (AIIC) in 2012 provides for a “World Rate” of USD 616 per day for interpreters. As a point of comparison, the average rate for experienced interpreters hired for some of the previous meetings of the Agency is USD 635, exclusive of travel, daily subsistence allowance (DSA), and other related costs. If these items were to be included, the cost per interpreter per day would increase substantially to around USD 3,000.²
25. According to a 2012 report by the IAMLADP Task Force on Contracting for Language Services (IAMLADP/2012/R.8), the average rate paid for contractual translation by the organizations responding to its questionnaire was USD 204 per 1,000 words. The UN, for its part, pays USD 230 per 1,000 words, based on the word count of the original, for translation by independent contractors working off-site. The latter rate has been used to calculate the approximate cost of various Agency documents; this information is attached in the Annex. This rate does not include the cost of revisions to the translation, which would further increase the total cost.
26. The calculation of actual costs can be complex because demand for translation fluctuates and is therefore intrinsically unpredictable, unless strict rules about the length of documents and their submission dates are in place. Furthermore, while it is relatively easy to identify the direct costs (salaries, fees paid to contractors, travel, and subsistence expenses), apportioned indirect costs may be overlooked (office space, administrative overhead, quality control, etc.) even though they should factor into cost calculations. The major factor influencing cost is the availability or supply of qualified interpreters and translators.

² For more information, please see the Annex.

Cost estimates

27. The experience of the last two years has shown that the total number of governing body meetings provided with interpretation each year is three (6 days total). Assuming four languages may be required at these meetings, a team of nine certified and experienced interpreters for the four languages (three interpreters for Arabic, two for each of the other three languages), for two days of meetings costs USD 54,000.³
28. In 2012, IRENA hosted 18 workshops, meetings, and other events, not including side events organized in connection with other meetings. Based on an examination of the range of nationalities in attendance and their ability to work in the English language, and assuming interpretation of two UN languages other than English, the potential cost of interpretation for a one day meeting could be USD 18,000. Because of the complexity of the matter, and the short experience of the Agency, it cannot be determined to what extent the experience so far represents the future pattern of IRENA activities, nor can any estimate of possible translation or interpretation workload involved in such events be made without further detailed information about the languages used by participants and the services required for each event.
29. Assuming that the major policy documents of governing body meetings were to be translated, the costs for the three UN languages other than English, calculated at the UN contractual rate, would have been approximately USD 45,000.⁴ This figure reflects only the fees paid directly to contractors, and does not take into account overhead costs related to handling the outsourcing of this work.
30. In 2012, IRENA's publishing programme included approximately 70 publications. The cost of translating a publication of 200 pages into the three UN languages other than English would be approximately USD 59,000, in addition to the cost of printing.⁵ For planning and budgeting purposes, it will be essential in the future to have accurate estimates of the total number of pages of planned publications, to set a firm submission date for each one, and to indicate whether a publication is to be translated and, if so, into which languages. Such a forecast would allow for rational workload planning, which would help to contain costs.

³ This figure is inclusive of travel, accommodation costs, daily subsistence allowance (DSA), terminal expenses, and administrative fees. An overview is provided in the Annex.

⁴ *Id.*

⁵ *Id.*

The range of options for the apportionment of the cost of language services among the Agency's membership

31. In order to facilitate consideration of how the cost of language services should be apportioned among the membership, this report outlines three options:
- a. Expenditure on language services is regarded as a *general expense of the Agency* and hence is apportioned among the membership at large according to the regular method for calculating mandatory contributions (scale of contributions). This is the model in place in the UN and most of its specialized agencies.
 - b. A *user-pay system* in which the costs for each language are apportioned among the Members using that language. The arrangement for funding at the German Translation Section at UN Headquarters represents the model of this system, inasmuch as the costs of the Section are defrayed from voluntary contributions from the German-speaking member states which wish to receive these services (Germany, Austria, Switzerland, and Liechtenstein). Various other organizations afford member states the possibility of receiving upon request specific language services that are not normally provided on condition that they bear the costs involved.
 - c. A *hybrid arrangement combining elements from (a) and (b)*, apportioning some expenditure for language services (considered essential or core services) among the full membership and charging individual members, or groups of members, for other services, deemed “non-core” by the Members.

V. Recommended options for discussion by Members in selecting IRENA's language regime

32. In light of the observations highlighted above, Members of IRENA may wish to consider the following:
- a. Interpretation services for Assembly and Council meetings would be provided for UN languages currently well-represented among the Agency's membership, and, as required, for high-level consultative meetings, financed from the UAE government bid, and subject to availability of resources.
 - b. For consideration at the fourth session of the Assembly, the Secretariat may be mandated to include in the proposed Work Programme and Budget, for consideration by Members, as part of the core budget, and subject to availability of resources, the costs and administrative requirements associated with the following:

- i. Translation of the major sessional documents for the Assembly and Council meetings from English into the UN languages that are currently well-represented among the Agency's membership, namely Arabic, French, and Spanish;
 - ii. Interpretation and translation requirements in connection with programmatic activities based on real need and relative benefit, and bearing in mind the associated costs. Provision of language services other than English would be decided on a case-by-case basis as part of the planning of each programmatic activity;
 - iii. Translation of major publication(s) that would be made available in one or more languages other than English for reasons related to outreach and potential benefit for target audiences, or translation of executive summaries of these publications from English, as required, subject to the availability of resources; and
 - iv. A preliminary assessment of the demand for, the feasibility of, and the costs associated with providing certain basic web-related applications (such as in the site interface) in additional languages.
33. For the sixth session of the Assembly in 2016, the Secretariat would include the following in its progress review to the Assembly in accordance with decision A/1/DC/9:
 - i. An assessment of the implementation of translation and interpretation in the Agency's activities, including challenges faced;
 - ii. The result of its contacts with other intergovernmental and UN organizations regarding the possibility of forming a consortium or a joint language service, affording IRENA access to a pool of pre-screened language professionals who can provide high quality services; and
 - iii. The results of its contacts with the International Annual Meeting on Language Arrangements, Documentation and Publications (IAMLADP), with the aim of learning about best practices and obtaining additional specific information that may be useful in the IRENA context.

Summary of Options for Translation and Interpretation Services with Estimated Costs

Translation Costs¹

Category of document	Length (words) ²	Four languages AEFS ³	Six languages ACEFRS ⁴ (UN model)	Each additional language
All documents for governing body meetings (sessional documents) per session	50,000 words ⁵	79,000	132,000	11,500
Major sessional documents ⁶	65,000 words	45,000	75,000	15,000
Publications	1.1 million words ⁷	759,000	1,265,000	253,200
Major publications	85,000 words ⁸	59,000	98,000	19,550

* All amounts are in US dollar and rounded to the nearest 1,000.

¹ Costing assumes translation by independent contractors working off-site at United Nations rates of USD 0.23 per word per language, based on the word count of the original.

² Word count based on 425 words per page.

³ Arabic, English, French, and Spanish.

⁴ Arabic, Chinese, English, French, Russian, and Spanish.

⁵ Assuming an average of 10 documents of 5,000 words, over and above the major sessional documents.

⁶ Annual report of the Director-General, Work Programme and Budget, Medium-term Strategy, and summary reports of the Assembly and of two Council meetings.

⁷ Estimate for 70 publications, 2,500 pages per year.

⁸ For a publication of 200 pages.

Interpretation Costs⁹

Category of meeting	Session Duration ¹⁰	Two languages	Four languages (AEFS)	Six languages (ACEFRS) (UN model)	Each additional language ¹¹
Governing body meetings ¹²	8 days	n/a ¹³	216,000	336,000	48,000 – 72,000
Consultative meetings involving Member states	4 days	48,000	108,000	168,000	24,000 – 36,000
Workshops and other events	1 day	12,000	27,000	42,000	6,000 – 9,000

* All amounts are in US dollar.

⁹ Cost calculations are based on an average cost of USD 3,000 per interpreter per day. The average is formed from the cost of interpreters per day contracted for previous Assembly, Ministerial Roundtable and Council meetings. The cost includes expenses for travel and accommodation, daily subsistence allowance (DSA), terminal expenses, and contracting agency fees.

¹⁰ One day includes 2 sessions of 3 hours, a total of 6 hours per day. Additional interpreters are needed, if the length of meetings per day exceeds 6 hours.

¹¹ For each additional language 2 interpreters are needed; 3 interpreters are needed for Arabic and Chinese.

¹² Including parallel Ministerial Roundtables.

¹³ Not applicable, since the Council and Assembly proceedings have been conducted in four languages.

Full Multilingualism based on the United Nations Model

A full multilingual regime using the six UN official languages, with interpretation provided to all governing body meetings, consultative meetings, seminars, workshops and other events on an as-needed basis (assuming 13 such one-day events per year), and translation of all sessional documents and publications into all official languages, would cost approximately USD 2.5 million¹⁴ per year:

Sessional documents	132,000
Publications	1,265,000
Governing bodies	336,000
Consultative meetings	168,000
Workshops, seminars, etc.	546,000
Total	2,447,000

¹⁴ Eliminating translation and/or interpretation services for any category of document or meeting would, obviously, reduce overall costs.

Explanatory notes to tables:

1. The figures include costs for travel and accommodation, daily subsistence allowance (DSA), terminal expenses, and contracting agency fees. Not included are overhead costs, which can be substantial, for evaluation of proposals, recruitment, quality control, payroll, project management, and other human resources activities. Interpretation equipment rental costs are also not included here.
2. Interpreter teams composed according to AIIC standards must have two interpreters per language booth, with the exception of Arabic and Chinese, which require 3 interpreters. The standard team for a four-language (AEFS) meeting will have 9 interpreters; a six-language meeting (ACEFRS) requires 14 interpreters. For each additional language, 2 (or 3) interpreters will be needed, according to the language(s) involved.
3. Number of words per page was derived from a random sampling of sessional documents and publications and is only approximate. For future planning and budgeting purposes, a standard measure based on a complete word count for all IRENA documents and publications could be developed.